

LEOPOLDO SILVA



Renan foi a Plenário se defender e reiterou denúncias contra Abril

## Conselho deve votar na quinta processo contra Renan Calheiros

O Conselho de Ética marcou para quinta-feira a votação do processo em que o presidente do Senado é acusado de ter tido ajuda de lobista para pagar uma pensão alimentícia. Na sexta-feira, Renan salientou ser o maior interessado em esclarecer as denúncias.

PÁGINA 11

## Anac pode ser investigada por uso indevido de norma

Ministro Nelson Jobim admite processar membros da Anac responsáveis por “falsa norma” sobre uso da pista de Congonhas. CPI do Apagão quebra sigilos da então diretora Denise Abreu, que renunciou ao cargo.

PÁGINA 10

## Fidelidade partidária passa na CCJ e segue para o Plenário

Membros do Legislativo e do Executivo que se desligarem do partido pelo qual foram eleitos poderão perder seus mandatos, conforme proposta acolhida pela Comissão de Justiça que será submetida a votação do Plenário.

PÁGINA 5

# Prefeitos buscam o “sim” dos senadores

Aprovada pelos deputados, a proposta que aumenta em um ponto percentual os repasses ao Fundo de Participação dos Municípios chega ao Senado,

acompanhada de perto pelos prefeitos. Eles se reúnem esta semana no Auditório Petrônio Portela e querem o voto favorável dos senadores ao pleito.

PÁGINA 3

## ESPORTES

EDUARDO KNAPP/FOLHA IMAGEM



Bolsa-Atleta beneficia duas ginastas da equipe medalha de ouro no Pan do Rio: exceção

## Falta de investimentos, um adversário dentro de casa

O contingenciamento de recursos é hoje o principal adversário dos atletas brasileiros. Nem mesmo a existência de diversos programas governamentais – seja para fomentar

o esporte de alto rendimento, seja para incentivar a descoberta de novos talentos – garante que os investimentos previstos sejam realizados.

PÁGINAS 8 E 9

## Comissão decide sobre punição a overbooking

PÁGINA 2

## cidadania

### Parkinson: informações úteis para uma vida normal

O mal de Parkinson não tem cura, mas o tratamento correto – conduzido por um neurologista – e uma alimentação adequada proporcionam qualidade de vida aos portadores.

PÁGINA 16

## e mais...

AGENDA

Página 2

AGORA É LEI

PERGUNTE AO SENADOR

FOTO DA SEMANA

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 13





## CONGRESSO

# Prefeitos cobram aumento do FPM

Neste ano um reforço de caixa de R\$ 419 milhões, pelas estimativas da sua própria entidade, os prefeitos voltam a se mobilizar para apressar a votação, no Senado, do aumento de um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O principal pleito, segundo o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, é incluir a PEC 75/07 na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e aprová-la na reunião desta quarta-feira. Em seguida, conseguir que ela seja votada em Plenário até quinta-feira.

Apesar de a posição de praticamente todos os senadores ser favorável, Ziulkoski diz que a CNM está preocupada com a possibilidade de o cenário político conturbado pelas denúncias envolvendo o presidente da Casa, Renan Calheiros, postergar o desfecho da proposta que tramita há cerca de quatro anos no Congresso. "A pauta de votação tem sido interrompida com ameaças de obstrução", teme ele, ainda que reconhecendo que o DEM e o PSDB viabilizaram algumas votações na semana passada.

Na terça-feira, Ziulkoski deve

procurar o presidente da CCJ, Marco Maciel (DEM-PE), para solicitar a votação extrapauta da matéria. Embora Maciel ainda não tenha designado o relator da PEC, há entre os prefeitos a expectativa de que a escolha recaia sobre Romero Jucá (PMDB-RR), que relatou a PEC 74 da reforma tributária de 2003. Desde então, o PMDB se transformou em um dos principais canais de interlocução dos prefeitos com o governo.

A PEC 75/07 (58 na Câmara) explicita que o acréscimo de um ponto percentual será pago este ano sobre a arrecadação dos impostos de Renda (IR) e sobre Produtos Industrializados (IPI) nos meses de setembro, outubro e novembro. Os recursos serão repassados às prefeituras uma vez por ano, no primeiro decêndio de dezembro. Os outros 22,5% do FPM continuarão a ser pagos em três parcelas anuais.

Pela estimativa da CNM, o aumento de um ponto percentual no FPM poderá assegurar R\$ 419 milhões em 2007 e R\$ 1,77 bilhão em 2008. Segundo Ziulkoski, esse dinheiro irá ajudar as prefeituras em despesas como o pagamento do décimo terceiro do funcionalismo e a antecipação de férias dos professores.



Em mobilização de abril, em Brasília (foto), prefeitos pediram em coro votação do aumento do fundo

## PEC dos Precatórios deve atender pleito

A nova versão do relatório de Valdir Raupp (PMDB-RO) sobre a chamada PEC dos Precatórios deve atender mais às reivindicações dos estados e dos municípios do que as formuladas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A informação é do próprio relator, que pretende apresentar, na reunião entre os líderes partidários desta terça-feira, o novo texto, já refeito oito vezes em função de divergências.

O senador manteve os leilões

como forma de agilizar o pagamento dos credores que aceitam os maiores descontos sobre os valores a receber – principal objeção da OAB. Isso atende à reivindicação dos governos estaduais e municipais. Raupp deve transmitir essa informação aos prefeitos que se reúnem nesta quarta-feira, no Senado, para discutir assuntos da agenda municipalista no Congresso.

Segundo Paulo Ziulkoski, presidente da CNM, os prefeitos

defendem o texto original da PEC 12, apresentado por Renan Calheiros. No encontro, intitulado Mobilização Nacional em Brasília, os prefeitos também devem discutir a proposta de redução gradativa da CPMF e a partilha dessa arrecadação com estados e municípios; a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que vincula recursos à saúde; e os gastos municipais com transporte escolar que os estados deveriam ressarcir.

## PLENÁRIO

### Alívio no campo

Como ficou a MP 372/07

- Foi criada uma linha de crédito de R\$ 2,2 bilhões para que os produtores rurais liquidem suas dívidas com fornecedores de insumos contraídas de 2004 a 2006.

- Os bancos usarão recursos da poupança rural e de depósitos à vista destinados ao setor rural.

- Os agricultores pagarão juros de 5% ao ano, mais a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), hoje fixada em 6,5% ao ano.

- A liquidação das dívidas poderá ser feita em até quatro prestações anuais, a partir de 31 de maio de 2009.

- As dívidas poderão ser assumidas inclusive por bancos privados, que terão um fundo de liquidez criado com recursos dos produtores rurais (10%), das empresas privadas (20%) e do Tesouro Nacional (15%).

- O produtor rural fica autorizado a dar como garantia ou penhora as suas safras de 2008/2009 até 2011/2012.

- Os agricultores poderão aderir ao financiamento até 28 de dezembro de 2007.

- Foi prorrogado o prazo de pagamento das parcelas vencidas, ou a vencer este ano, dos financiamentos contratados para modernização, pelas linhas de crédito de programas como o de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota); Financiamento de Máquinas e Equipamentos (Finame); e o de Geração de Emprego e Renda (Proger), cujas dívidas giram em torno de R\$ 7 bilhões.

Fonte: parecer do senador Jonas Pinheiro

## Aprovado crédito para cobrir dívida rural

Os agricultores em dívida com fornecedores de insumos, contraídas de 2004 a 2006, poderão contar com uma linha de crédito para substituir os débitos, conforme prevê projeto aprovado quarta-feira pelo Plenário.

O relator revisor da matéria (PLV 23/07, originário da MP 372/07), Jonas Pinheiro (DEM-MT), agradeceu aos líderes do PSDB e do DEM, por suspenderem a obstrução às votações, que vinham mantendo nas últimas semanas. De acordo com a proposta, as dívidas dos agricultores serão assumidas por bancos que

operam com crédito rural, os quais contarão com um fundo bancado pelo governo em caso de inadimplência dos produtores. Os bancos usarão nestas operações recursos da poupança rural e dos depósitos à vista destinados obrigatoriamente ao setor rural, desde que a soma das renegociações não ultrapasse R\$ 2,2 bilhões.

Os agricultores pagarão juros de 5% ao ano, mais a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), hoje fixada em 6,5% ao ano. O Tesouro Nacional bancará eventuais diferenças entre o custo da caderneta rural e os juros pagos pelos agri-

cultores. Cooperativas também poderão ser beneficiadas.

A liquidação das dívidas poderá ser feita em até quatro prestações anuais. Os produtores rurais poderão aderir à renegociação até o dia 28 de dezembro, e não mais de setembro, graças à modificação proposta pelo relator.

Em pronunciamentos, Marconi Perillo (PSDB-GO), Kátia Abreu (DEM-TO), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Mão Santa (PMDB-PI), Alvaro Dias (PR), Aloizio Mercadante (PT-SP) e José Agripino (DEM-RN) comemoraram a aprovação.



Senadores votam proposta do governo para socorrer produtores em débito com empresa de insumos

## Emendas ampliam benefícios aos agricultores

Jonas Pinheiro acrescentou em seu relatório, por meio de emendas, modificações à proposição que trata da renegociação de dívidas agrícolas, como a autorização para os produtores rurais darem como garantia a penhora das safras de 2008/9 até 2011/12. Eles também poderão prorrogar parcelas vencidas, ou a vencer este ano, dos investimentos feitos por meio de programas como o de modernização de tratores, o de fi-

nciamento de máquinas e o de geração de emprego e renda.

A proposição ainda autoriza a União a conceder assistência mensal de R\$ 380 aos pescadores de lagosta impedidos de exercer a atividade em função de instrução normativa do Ibama, e indeniza os proprietários de redes de espera proibidas, mediante entrega desse material à União.

A proposta permite ainda o parcelamento, pela Receita

Federal, de dívidas tributárias de empresas optantes do Supersimples, e prorroga até dezembro o prazo para que titulares de projetos aprovados pelas extintas Sudam e Sudene manifestem sua opção em relação a incentivos fiscais. Modifica também a lei que trata do transporte rodoviário de cargas, para dispor sobre a não aplicação de multa aos contratos em que haja dispositivo sobre o tempo de carga ou descarga.

## Plenário acolhe a criação da Secretaria Especial de Portos

A medida provisória que cria a Secretaria Especial de Portos foi aprovada quarta-feira em Plenário, com emenda do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), e seguiu para sanção presidencial. Votaram favoravelmente 32 senadores; 23 votaram contra e um se absteve.

O principal ponto de discordância durante a discussão da matéria (PLV 21/07, originário da MP 369/07) foram os 111 cargos em comissão alocados na nova secretaria, que, segundo Raupp, não serão criados, mas remanejados de órgãos federais. Após esse esclarecimento, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) declarou voto favorável.

Os tucanos Alvaro Dias (PR) e Arthur Virgílio (AM) condenaram a criação de cargos comissionados, previstos na MP. Também os democratas César Borges (BA), Heráclito Fortes (PI) e José Agripino (RN) criticaram a medida e questionaram a saída da gestão dos portos do Ministério dos Transportes.

Raupp sustentou que a desvinculação do setor vai ajudar a eliminar "gargalos" em seu desenvolvimento. Para Renato Casagrande (PSB-ES), a medida é uma "decisão estratégica", enquanto Ideli Salvatti (PT-SC) assegurou que a Lei dos Portos, de 1993, já previa a necessidade de um órgão específico para tratar do setor. Flávio Arns (PT-PR) foi o único governista a desaprová-la e a iniciativa.

## COMISSÕES



Reunião da CAS, na semana passada: mudança no Estatuto do Idoso é uma sugestão da sociedade

## Mulher poderá ter benefício aos 60 anos

A idade para que as mulheres possam receber o benefício de prestação continuada da Previdência Social, no valor de um salário mínimo, pode ser reduzida de 65 para 60 anos. Projeto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) com esse teor foi aprovado na quarta-feira pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), de acordo com parecer de Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

O benefício, implantado em 1996, é um dispositivo de proteção social – o chamado míni-

mo social – pago na forma de prestações mensais e destinado a pessoas idosas ou com deficiência, homem ou mulher, que comprovem não possuir meios de prover o próprio sustento ou serem sustentados pela família.

O aumento das despesas com a aprovação do PLS 15/05 será compensado pela margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado inserida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A sugestão, que altera o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), foi apresentada pela Associação Comunitária de Chonin de Cima,

da cidade de Governador Valadares (MG), e segue agora para análise do Plenário.

Em duas outras decisões, a CAS aprovou proposta de Paulo Paim (PT-RS) que institui a Frente Parlamentar pela Valorização do Trabalho (PRS 30/07). Ele informou que mais de 60 senadores já apóiam a idéia.

Paim disse ainda concordar com a presidente da CAS, Patrícia Saboya (PSB-CE), que propôs audiência pública, em data a ser marcada, sobre a atual situação dos planos e seguros privados de saúde e a regulação do setor.

## Acesso a orientação sobre doações no parto

Nas consultas do pré-natal e no parto, toda mulher terá acesso a informações sobre os benefícios e as possibilidades da doação voluntária de sangue do cordão umbilical e placentário, de grande importância para transplantes. O primeiro passo para isso foi dado pela CAS, ao aprovar parecer de Lúcia Vânia (PSDB-GO) a projeto de lei da deputada Rita Camata que modifica a lei sobre doação de órgãos (Lei 9.434/97).

Para Lúcia Vânia, o projeto (PLC 47/07) pode contribuir de forma decisiva para elevar as doações, gerando substancial aumento nos estoques dos ban-

cos públicos, especialmente os integrantes da Rede Nacional de Bancos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário para Transplantes de Células-Tronco Hematopoiéticas (BrasilCord). A matéria ainda precisa ser votada pelo Plenário.

O projeto foi originalmente apresentado pela deputada Jandira Feghali na legislatura passada, arquivado e reapresentado por Rita Camata.

A comissão aprovou ainda parecer de Augusto Botelho (PT-RR) a projeto do deputado Rubens Otoni que regulamenta o exercício das profissões de técnico

em saúde bucal e de auxiliar em saúde bucal (PLC 3/07). Os dois profissionais já atuam há anos em estreita colaboração com os cirurgiões-dentistas, razão pela qual o relator recomendou a aprovação da proposta.

Para evitar possíveis conflitos com os dentistas, o projeto limita a atuação do técnico em saúde bucal, profissional qualificado em nível médio. Entre as várias tarefas do técnico estão a limpeza do campo operatório, a remoção de suturas e a aplicação de medidas de biossegurança. O texto também depende de exame do Plenário.

## “Margaridas” ocupam a Esplanada

A Esplanada dos Ministérios recebeu na quarta-feira a Marcha das Margaridas 2007, organizada pela Secretaria de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. A manifestação reuniu 50 mil pessoas, segundo os organizadores, ou 30 mil, pelos cálculos da PM.

Após participar do evento, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) destacou a importância da marcha.

– Elas [as “margaridas”] vêm a Brasília dizer que não aceitamos que ninguém venha a mexer nos seus direitos e para ampliar suas conquistas. Vêm dizer que não são apenas reprodutoras familiares, mas, sobretudo, produtoras



Fátima Cleide participa da marcha e apóia as reivindicações

de alimentos – assinalou.

Fátima Cleide leu a Carta da Marcha, com os compromissos “contra a fome, a pobreza e a violência sexista” e mais de cem reivindicações, entre elas o reconhecimento do papel que desempenham “na agricultura

familiar, na garantia da segurança alimentar e nutricional e no desenvolvimento sustentável e solidário”.

Também participaram do evento Eduardo Suplicy (PT-SP), José Nery (PSOL-PA) e Ideli Salvatti (PT-SC).

## Licença-maternidade de seis meses ganha apoio

A ampliação da licença-maternidade para seis meses foi defendida pelas participantes de audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater o projeto que institui o Programa Empresa Cidadã e assegura seis meses de licença-maternidade para trabalhadoras de empresas privadas que aderirem ao programa (PLS 281/05).

Mulheres grávidas pediram, com faixas, que a lei seja válida para todas as trabalhadoras, com carteira assinada ou não.

**Patrícia Saboya acha essencial uma aprovação rápida do projeto**

Segundo a autora do projeto, Patrícia Saboya (PSB-CE), a intenção é aprovar rapidamente a proposta e inserir o assunto na agenda política do país. Porém, dar agora maior abrangência à licença exigiria mudança constitucional, o que tornaria o processo mais demorado.

A representante do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Myllena Calasans de Matos, disse que, além

das trabalhadoras rurais, cerca de 6 milhões de empregadas domésticas trabalham sem registro em carteira, e todas ficarão sem acesso à licença nos termos do projeto.

Já Elisabeth Saar, representante da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, afirmou que o maior mérito do projeto é trazer o assunto ao debate público. Ela

informou que a ministra Nilcéa Freire apóia a iniciativa e que a secretaria implantou o Programa Pró-Equidade de Gênero com a finalidade de estimular ações

de promoção da igualdade de direitos entre homens e mulheres nas empresas estatais.

Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH e relator do projeto, em resposta aos setores sociais para os quais o aumento da licença-maternidade provocará desemprego entre as mulheres, lembrou que o mesmo argumento foi usado em 1988 para evitar a inserção do direito à licença de quatro meses na Constituição.



Paim, entre as debatedoras do projeto: argumento de que a ampliação da licença gerará desemprego é falso

## PEC contra trabalho escravo obtém adesão de governador

Após se reunir na quinta-feira com o governador do Maranhão, Jackson Lago, o presidente da Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo, José Nery (PSOL-PA), informou que o governador reiterou seu apoio à proposta de emenda à Constituição que permite a expropriação das terras onde for descoberto o uso de trabalho escravo (PEC 438/01, na Câmara).

Ele defendeu maior rapidez pelos deputados na votação da PEC, já aprovada no Senado. Em maio, Nery afirmou que “alguns setores da bancada ruralista são os que mais se opõem à PEC”. O senador pretende lançar uma campanha nacional de coleta de assinaturas para pressionar a Câmara a votar a PEC.

No encontro no Palácio dos Leões, em São Luís, os integrantes da subcomissão discutiram ainda as ações que o governo do Maranhão vem adotando no combate ao trabalho escravo. O estado está entre as regiões com maior incidência desse tipo de

crime, além de ser considerado um “exportador” de mão-de-obra escrava para estados como o Pará – onde estima-se que haja o maior número de casos do país.

No município de Açailândia (MA), Nery visitou a Cooperativa da Dignidade, entidade que promove a reintegração à sociedade de pessoas que trabalharam em condição análoga à de escravos. O projeto, financiado pela ONG Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos, dá oportunidade de trabalho a essas pessoas na produção de brinquedos artesanais e carvão ecológico – produzido a partir de restos de carvão vegetal.

Na sexta-feira, a subcomissão esteve em Marabá (PA), para se encontrar com ex-trabalhadores escravos na sede local da Comissão Pastoral da Terra (CPT). No sábado, reuniu-se em Belém com representantes da sociedade civil e, em seguida, com a governadora Ana Júlia Carepa.

## COMISSÕES

## TCU fará auditoria em bancos de Rondônia

O Tribunal de Contas da União (TCU) deverá realizar, no prazo de 90 dias, nova auditoria sobre as operações do Banco do Estado de Rondônia (Beron) e da Rondônia Crédito Imobiliário realizadas durante os quase quatro anos de intervenção do Banco Central (BC), iniciada em 1995, com o propósito de promover a liquidação das duas instituições. A intervenção ocorreu no contexto de programa para sanear o sistema financeiro nacional (Proer), após o Plano Real.

A auditoria foi proposta na terça-feira pelo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Aloizio Mercadante (PT-SP), para fundamentar futura decisão da CAE sobre

o reexame do refinanciamento da dívida do estado junto ao governo federal, em que foi incluído o passivo a descoberto do sistema financeiro.

O BC é acusado por senadores e dirigentes do estado por problemas de gestão que produziram a maior parte do aumento do passivo do Beron durante a intervenção – de R\$ 40 milhões para mais de R\$ 600 milhões. O pleito pela renegociação é apoiado por todas as forças políticas de Rondônia, maciçamente representada na audiência pública solicitada por Expedito Júnior (PR-RO) e promovida pela CAE. Além dos três senadores da bancada, estiveram presentes 21 deputados estaduais e federais.



Mercadante (seg. à esq.) propôs auditoria para viabilizar refinanciamento da dívida de Rondônia com o governo federal

### Debate aponta desmandos e endividamento

Os expositores que participaram do debate na CAE manifestaram concordância em que a liquidação dos bancos de Rondônia promovida pelo BC foi caracterizada por desmandos e levou a um aumento significativo das suas dívidas. Segundo o conselheiro do Tribunal de Contas do estado Valdivino Crispim de Souza, houve desmandos antes e durante o processo de liquidação e os prejuízos atingiram R\$ 30 milhões.

Já o diretor de Liquidações e Desestatização do BC, Antônio Gustavo Matos do Vale, afirmou que o caso Beron é muito complexo, ocorreu há nove anos e a intervenção se prolongou para atender a interesse do próprio estado. Marcelo Bemeguy, secretário-geral de Controle Externo do TCU, disse que o órgão está disposto a fazer nova auditoria nas contas das duas instituições.

**FONPLATA** - A prefeitura de Curitiba foi autorizada pela CAE a tomar empréstimo de US\$ 10 milhões junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) para financiar programas de assentamentos habitacionais. Gilvam Borges (PMDB-AP), relator, disse que o dinheiro será usado nas vilas Pantanal e Bela Vista do Passaúna, bem como na interligação de assentamentos habitacionais por meio de um eixo viário em Curitiba.

### Bancada de Rondônia cobra revisão da dívida

Em coro, os senadores eleitos pelo estado cobraram a revisão da dívida. Expedito Júnior chegou a classificar a gestão do Banco Central de “criminosa”, enquanto Fátima Cleide (PT) alegou que a dívida já foi paga, pelos altos juros cobrados.

Valdir Raupp (PMDB) observou que sempre foi acusado por seus opositores pela quebra do banco, já que era governador no momento da intervenção. Mas o Beron, disse, ficou sob o comando do governo apenas 49 dias, contra mais de três anos na mão do BC. Raupp refutou ainda as conclusões da auditoria anterior do TCU, que retirou do BC a responsabilidade pelos prejuízos, já que a liquidação foi retardada a pedido do próprio estado – para manter o banco aberto, eram usados recursos buscados no mercado, de alto custo.

**BRAILE** - As agências e o auto-atendimento bancários podem ter que assegurar o sistema braille de leitura nas teclas das caixas ou outros meios eletrônicos. Pelo projeto (PLS 129/07) de Alvaro Dias (PSDB-PR), aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), a obrigatoriedade abrange o fornecimento de extratos e a emissão de comprovantes das operações realizadas.



Marco Maciel (D) preside comissão que aprovou proposta para assegurar mandatos aos partidos

## Fidelidade partidária é aprovada na CCJ

Os membros do Legislativo e do Executivo que se desligarem do partido pelo qual forem eleitos devem perder os respectivos mandatos, decidiu na quarta-feira a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Os mandatos executivos (presidente da República, governadores, prefeitos e respectivos vices) e parlamentares (senadores, deputados federais e estaduais e vereadores) pertencem aos partidos políticos e o desligamento é permitido apenas nos casos de extinção, incorporação ou fusão partidária. A decisão ainda precisa ser votada em Plenário.

A perda do mandato dos parlamentares, de acordo com a proposta (PEC 23/07) encabeçada pelo presidente da CCJ, Marco

Maciel (DEM-PE), deverá ser declarada pela Mesa, a partir de comunicação da direção nacional do partido titular do mandato; a de ocupantes de cargos do Executivo federal, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE); e a de ocupantes de cargos dos executivos estaduais e municipais, pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

O relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), mudou novamente seu parecer para que a regra passe a vigorar na data da publicação da emenda e nas eleições subsequentes. Sua sugestão anterior era de que a medida entrasse em vigor no dia 1º de janeiro de 2010.

Outra emenda acatada estabeleceu que cada senador deverá ser eleito com dois suplentes do mesmo partido. A obrigação de os suplentes serem do mesmo parti-

do do senador eleito e a punição de perda do mandato para membros do Executivo que trocaram de partido foram propostas por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e receberam o apoio de vários senadores.

Jefferson Péres (PDT-AM) observou que 90% dos que mudam de partido serão atingidos, já que muitos o fazem por motivos inconfessáveis e apenas uma minoria por discordar de desvios doutrinários. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) avaliou que a fidelidade partidária fortalecerá os partidos. Aloizio Mercadante (PT-SP) elogiou a PEC e cobrou mudanças nas eleições majoritárias ao Senado. Sibá Machado (PT-AC) também fez restrições à legislação relativa aos suplentes de senadores.

### Troca de legenda afronta a vontade dos eleitores

Marco Maciel e outros senadores justificaram a PEC dizendo que a maioria dos deputados e vereadores deve sua eleição aos votos dados aos companheiros de legenda e que a filiação partidária é condição de elegibilidade. Alegaram também que a mudança de partido violenta a representação política saída das urnas e, portanto, a vontade do eleitor.

A circulação dos eleitos entre as siglas descaracteriza e enfraquece os partidos e contribui para o descrédito do Legislativo. “O número de cadeiras conquistadas por cada partido ou coligação depende

de sua participação no total dos votos válidos, mas a ordem de ocupação dessas cadeiras é dada pela votação individual”, afirma Tasso Jereissati. Assim, a racionalidade estratégica impulsiona os candidatos a assumirem a organização das próprias campanhas, a arrecadação dos fundos, a produção da propaganda etc.

A razão de tantas mudanças de siglas estaria nesse formato de campanha: embora o principal recurso, o tempo de televisão, “pertença ao partido e não ao candidato”, e mesmo que a maioria dos eleitos dependa dos



Tasso Jereissati acatou emenda que estendeu a fidelidade aos eleitos para o Poder Executivo

votos dados aos companheiros de lista e ao partido, “a percepção corrente entre os eleitos é que o mandato pertence a eles, e não ao partido”, observa Jereissati.

### Execução de norma jurídica é suspensa

Parecer que referenda decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) pela inconstitucionalidade de dois dispositivos – um constante de lei e outro de convênio do estado de São Paulo – relativos ao ICMS foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Outro parecer aprovado refere-se a lei do município de Auriflora (SP), relativa a isenção de impostos, declarada inconstitucional. Um terceiro parecer acolhido faz referência a dispositivo do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça (STJ), declarado inconstitucional, mas a recomendação foi pela prejudicialidade da matéria.

Cabe ao Senado suspender a execução – no todo ou em parte – de lei declarada inconstitucional pelo Supremo, em decisões do tribunal que afetem apenas as partes envolvidas no processo (casos concretos).

### Prioridade na punição de crime contra o poder público

O andamento dos processos penais relativos a crimes de responsabilidade de servidores contra a administração pública deverão ter prioridade sobre os demais, em qualquer instância, de acordo com decisão tomada pela CCJ. A medida, prevista em projeto (PLS 268/07) de Ideli Salvatti (PT-SC), deverá agora ser examinada pelos deputados.

Segundo Ideli, a proposta integra um conjunto de seis projetos que mudam o Código de Processo Penal para diminuir a impunidade no país e a morosidade nos julgamentos processuais. A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, apresentou uma série de sugestões aos projetos, todas muito pertinentes, disse Ideli.

Edison Lobão (DEM-MA), relator, informa em seu parecer que, nos últimos 18 anos e meio, o STF instaurou 130 processos criminais contra autoridades que têm foro privilegiado, sendo que um terço desses réus foi denunciado por crimes contra a administração pública. Até hoje ninguém foi condenado.

## COMISSÕES



Gil (E), ao lado de Salgado, é contrário a "travas tecnológicas" para impedir cópia de conteúdo

## Gil: novas tecnologias trazem diversidade

O ministro da Cultura, Gilberto Gil, afirmou na quinta-feira que a convergência de tecnologias pode trazer ao país diversidade, mais informação e pluralidade cultural. Ele falou durante audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), destinada a debater o conteúdo audiovisual em tempos de convergência tecnológica.

De acordo com o ministro, a preocupação do governo é universalizar o acesso aos benefícios da convergência, de forma a "superar o fosso dos que têm acesso à internet e dos que apenas possuem os cinco canais da TV aberta". A convergência acontece quando novas tecnologias permitem que formas de comunicação que existiam anteriormente separadas passam a ser disponíveis por meio de um único aparelho, por exemplo, quando se ouve rádio pelo celular ou se assiste vídeo no computador.

De acordo com Gilberto Gil, a convergência é um tema central para a política cultural do gover-

no, levado em conta na elaboração de programas governamentais. O ministro citou dois programas do Ministério da Cultura que lidam com convergência tecnológica: o Núcleo Digitais, que oferece equipamentos para produção audiovisual; e o Pontos de Cultura, que dá acesso a tecnologias digitais livres para comunidades periféricas de todo o país.

As novas tecnologias e a convergência, destacou o ministro, representam uma agenda complexa, refletindo-se na discussão de temas diversos, como política de cultura, tecnologia, banda larga, propriedade intelectual, língua portuguesa, preservação de identidade e cultura nacionais. Gil considera que, à medida que a internet por banda larga for se tornando mais acessível no Brasil, o mercado audiovisual brasileiro deve crescer, trazendo novos atores econômicos e novos investidores ao cenário, como as empresas de telefonia.

– É preciso zelar para que novos capitais venham financiar nossa diversidade cultural e não apenas aumentar os conteúdos de língua estrangeira no Brasil. Queremos filmes americanos, mas também de outros países. Queremos a diversidade, não apenas o que cinco ou seis pólos produzem. Não foi o que aconteceu com a TV a cabo, que hoje oferta pouca diversidade nacional e mesmo pouca diversidade internacional, onde há o domínio de uma só língua – disse.

Ele afirmou que novas tecnologias exigirão reformas e que o ministério está estudando mudanças na lei do direito autoral para permitir a digitalização de acervos, por exemplo.

Gilberto Gil também se posicionou contrário às "travas tecnológicas" que tentam impedir a realização de cópias de conteúdo. Para o ministro, essas travas não ajudam os artistas nem os detentores de direitos autorais.

**Governo quer universalizar convergência tecnológica, afirma ministro**

## Guimarães defende reserva de mercado

O conselheiro da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e vice-presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo, Evandro Guimarães, defendeu na quinta-feira, na Comissão de Ciência e Tecnologia, a reserva de mercado da comunicação social para brasileiros. Essa seria uma forma de manter empregos, gerar conteúdo local e proteger a identidade nacional. Segundo Guimarães, trata-se de uma "reserva de mercado politicamente correta".

Ao lembrar que nenhum país do mundo abriu mão da garantia de que a comunicação para os cidadãos seja feita por pessoas nascidas no próprio país, Guimarães disse que essa reserva de mercado é uma regra de defesa da identidade e soberania nacionais.

Ele advertiu que, se não forem tomadas providências para dotar o setor de normas legais, com urgência, a convergência tecnológica poderá levar à "transnacionali-

zação" completa do conteúdo em prazo muito curto.

Evandro Guimarães explicou as diferenças entre os serviços de radiodifusão – prestados para grande número de receptores, de forma gratuita, e obrigatoriamente com proprietários brasileiros – e de telecomunicações – prestados por empresas que podem ser estrangeiras, pagos e destinados a um usuário específico de cada vez. Com base nas diferenças entre as duas atividades, ele sugeriu que os serviços das empresas de telecomunicações não devem ser destinados à exploração do serviço de comunicação social.

Já o diretor da Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA), Alexandre Annenberg,



Guimarães: convergência poderia levar à "transnacionalização" completa do conteúdo

disse que são três os principais limitadores da TV paga no Brasil: o preço do serviço, a limitação geográfica de fornecimento do serviço e a falta de conteúdo nacional. Ele propôs que se incentive a entrada do capital estrangeiro para a construção de redes de telecomunicações e radiodifusão e que os cuidados sejam tomados apenas em relação à geração de conteúdo.

## Pinguelli: usinas térmicas vão piorar efeito estufa

As emissões, pelo setor elétrico brasileiro, de gases que produzem o efeito estufa vão aumentar nos próximos anos por causa do emprego crescente de usinas termelétricas, em lugar das hidrelétricas. O alerta foi feito na quinta-feira pelo secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Luiz Pinguelli Rosa, durante audiência da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, realizada na Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (Coppe), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A audiência foi presidida pelo deputado Sarney Filho (PV-MA) e contou com

a presença do presidente da comissão, deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO).

– O Brasil está indo na contramão na área ambiental, pois está saindo das hidrelétricas para coisas piores. Isso é o resultado dos leilões de energia, uma vez que o mercado age cegamente e isso, ambientalmente, não é muito bom – destacou Pinguelli.

Para Eduardo Gomes, a comissão deverá atuar como foro de debate sobre a questão, uma vez que o atual modelo de leilões de energia está "equivocado". Ele observou ainda que o Brasil está atrasado na definição de uma legislação de combate ao aquecimento global.



Luiz Pinguelli Rosa: especialista afirma que o país anda na contramão ao trocar hidrelétricas por termelétricas

## Flávio Arns quer debater critérios para concessões

O senador Flávio Arns (PT-PR) adiantou à Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) que vai apresentar requerimento para que sejam debatidos em audiência os critérios vigentes para concessões de serviços de rádio e televisão. Atualmente, lembrou, a comissão apenas referenda pareceres preparados pelo Executivo. A sociedade, no entanto, precisa ser infor-

mada sobre os critérios que orientam as concessões.

O anúncio foi feito depois que a CCT aprovou mais de 36 projetos sobre rádios e dois sobre televisões.

O presidente da CCT, Wellington Salgado (PMDB-MG), disse concordar com a preocupação sobre os critérios para concessão e sugeriu que a comissão adote critérios próprios de exame.

## Resíduos sólidos serão debatidos por secretários

O gerenciamento de resíduos sólidos será tema de nova audiência pública na Subcomissão de Resíduos Sólidos, dessa vez com a participação dos secretários de Meio Ambiente de Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo, Pará e Distrito Federal. A iniciativa foi do presidente da subcomissão, senador Cícero Lucena (PSDB-PB). Lucena ainda conclamou os integrantes do colegiado a participarem do 24º Congresso de Engenharia Sanitária, entre 4 e 6 de setembro, em Belo Horizonte. Por iniciativa de Garibaldi Alves (PMDB-RN), a subcomissão também participará da audiência sobre resíduos sólidos que será realizada pela Subcomissão dos Marcos Regulatórios.

## Stephanes deve ser chamado de novo por comissão

Nova audiência, em data a definir, deverá ser realizada pela Comissão de Agricultura (CRA) para discutir a crise da lavoura cacauera da Bahia, já que na reunião da semana passada o principal convidado, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, não compareceu. Os problemas do setor se agravaram nos anos 80, quando os produtores, que já enfrentavam a queda dos preços internacionais do cacau, foram afetados pela praga da vassoura-de-bruxa.

Já o projeto de lei que cria o Estatuto do Produtor Rural (PLS 325/06), que tramita na CRA em caráter terminativo, teve a votação adiada por pedido de vista de Kátia Abreu (DEM-TO). A proposta tem parecer favorável do relator, Jonas Pinheiro (DEM-MT).

## COMISSÕES



Isaac Roitman (D) concorda com proposta de Cristovam Buarque (C), presidente da CE, de criar o Ministério da Educação de Base

## Para SBPC, educação está uma tragédia

Termos como “tragédia” e “horror” foram usados pelos especialistas para analisar o atual cenário da educação brasileira, durante a nona de 12 audiências públicas que a Comissão de Educação (CE) promove para discutir a reformulação do setor.

O conselheiro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) Isaac Roitman defendeu a plena execução do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que, observou, faria com que o ensino nacional tomasse outro rumo.

Roitman também apoiou a criação do Ministério da Educação de Base, ideia do presidente da CE, Cristovam Buarque (PDT-DF), mas sugeriu que a nova pasta passasse a se chamar Mi-

nistério da Criança.

Já o presidente da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc), Gilberto Gonçalves Garcia, defendeu a adoção do horário integral desde que crianças e adolescentes passem a ter ações integradas nas áreas de saúde, esporte, alimentação e lazer, entre outras.

Cleuza Rodrigues Repulho, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), pediu eficiência e ética nos investimentos em educação. O diretor da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Luiz Davidovich, sugeriu uma completa reestruturação na carreira do professor, que incluiria, além de melhores salários, avaliações periódicas.

## 2008 será o Ano Nacional da Abolição Não-Conclusa

O senador Paulo Paim (PT-RS) propôs e a Comissão de Educação (CE) concordou em instituir 2008 como o Ano Nacional dos 120 Anos de Abolição Não-Conclusa. A medida sugerida pelo projeto (PLS 225/07), segundo o relator Cristovam Buarque, permitirá aos poderes públicos estimular as discussões sobre a inclusão social e “sensibilizar a sociedade para os males da discriminação”.

Outros três projetos aprova-

dos pela comissão instituem datas comemorativas: 9 de agosto como o Dia Nacional da Equoterapia (método de fisioterapia em que se utiliza a equitação para melhorar a coordenação motora), sugestão de Flávio Arns (PT-PR); 29 de agosto como o Dia Nacional do Vaqueiro, ideia do deputado Nazareno Fonteles; e 10 de outubro como o Dia da Guarda Municipal, proposta do senador Romeu Tuma (DEM-SP).

## Saneamento depende de agências para melhorar

A aprovação da Lei do Saneamento (Lei 11.445/07), com a determinação de direitos e obrigações para todos os agentes envolvidos com o setor, foi o primeiro passo na busca da excelência na prestação de serviços de saneamento. Mas, para atrair os investimentos necessários – inclusive os privados –, é preciso criar agências reguladoras municipais e estaduais. Essa é uma das conclusões a que chegaram os debatedores da reunião da Subcomissão de Marcos Regulatórios, que funciona do âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ocorrida na semana passada.

– As agências reguladoras são necessárias, pois têm autonomia administrativa e financeira e poder decisório para coibir

o abuso de poder econômico e criar uma cultura de investimento em saneamento – explicou o presidente da Empresa de Águas e Saneamento Básico da Bahia (Embasa), Abelardo de Oliveira Filho.

De acordo com o vice-presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib), Newton de Lima Azevedo, há 100 milhões de brasileiros sem serviço de saneamento básico, e para chegar à universalização seriam necessários R\$ 10 bilhões por ano.

Para todo o setor de infraestrutura, acrescentou Azevedo, deveriam ser investidos R\$ 90 bilhões. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) reservou R\$ 40 bilhões para utilização entre 2007 e 2010.

# Tarso defende PF no caso dos boxeadores

O ministro da Justiça, Tarso Genro, negou que o retorno a Cuba de dois atletas que abandonaram a delegação daquele país durante os Jogos Pan-Americanos, em julho, tenha sido articulado entre os governos do Brasil e de Havana. Em audiência na Comissão de Relações Exteriores (CRE), o ministro afirmou que a Polícia Federal (PF) agiu estritamente dentro da lei, já que os atletas estavam em situação irregular no país e recusaram oferta de refúgio.

O ministro e o diretor-geral da PF, Paulo Lacerda, também presente na audiência, garantiram que não houve nenhum contato com autoridades cubanas para tratar do caso. Segundo Tarso, o interesse manifestado pelos atletas Guillermo Rigoudeaux, de 26 anos, e Erislandy Lara, de 24 anos, de voltar a seu país, ao lado das medidas adotadas pelas autoridades cubanas para facilitar



Tarso justificou ações da PF, mas Heráclito Fortes (D) afirmou que gravação com os boxeadores vai “deixar muito mal o governo”

o retorno, explicam o rápido desfecho do caso.

Os boxeadores partiram do Brasil na madrugada de 5 de agosto, em aeronave fretada pelo próprio governo cubano, três dias após terem sido localizados em Araruama (RJ).

Tarso Genro esclareceu que, assim que foram entregues à PF,

os atletas tiveram a assistência de advogados e do Ministério Público, em audiência sem a presença dos delegados.

– Existe depoimento gravado, dado pelos atletas a um colega, que vai deixar muito mal o governo brasileiro – advertiu o senador Heráclito Fortes (DEM-PI), presidente da CRE.

## Médicos de Cuba buscam validar diploma

O vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), recebeu médicos brasileiros formados em Cuba e estudantes brasileiros de Medicina naquele país empenhados em ter seus diplomas reconhecidos no Brasil. Os dois países negociam um acordo sobre o problema, mas esses médicos alegam que os

conselhos regionais de Medicina brasileiros continuam opondo resistências a que eles se submetam à residência médica, uma especialização exigida por lei.

Tião Viana se disse solidário com a causa, que considera justa, e deu ideias para que os médicos consigam apressar a legalização de sua situação. Se

em 90 dias não forem atendidos, ele sugeriu que façam uma peregrinação diária ao Ministério da Educação.

O senador informou ainda aos visitantes que é autor de projeto de lei (PLS 217/04) que, entre outras mudanças, institui o Exame Nacional de Proficiência em Medicina, que passará a ser requisito para o exercício legal da profissão no país. O mesmo projeto introduz na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) dispositivo que permitirá aos médicos formados em escolas de outros países terem seus diplomas convalidados por meio de expediente diferente do previsto hoje em lei.

A delegação também visitou, a convite do presidente Cristovam Buarque (PDT-DF), a Comissão de Educação do Senado.



Tião Viana conversa com os médicos e estudantes: projeto poderá simplificar validação dos diplomas obtidos no exterior

## Heráclito anuncia visita de senadores à Colômbia

Heráclito Fortes (DEM-PI), presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), anunciou que uma comissão de senadores brasileiros irá à Colômbia e que uma comitiva de parlamentares colombianos visitará o Brasil até o fim de ano, com pauta a ser definida. As visitas foram acertadas na terça-feira, quando Heráclito recebeu Fernando Perdomo, ministro das Relações Exteriores da Colômbia.

Perdomo foi nomeado pelo presidente Álvaro Uribe, em fevereiro deste ano, após ter sido mantido em cativeiro durante seis anos pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) – ele escapou em dezembro do ano passado.

## Brasil elegerá deputados do Mercosul em 2010

O Brasil será o último dos quatro países-membros a eleger representantes especificamente para o Parlamento do Mercosul. No próximo ano, argentinos e paraguaios escolherão seus parlamentares. Os uruguaios farão o mesmo em 2009. A partir de 2010, data da eleição brasileira, cada membro será representado proporcionalmente à sua população, porém de uma forma que leve em conta as diferenças entre os países, mas não crie uma maioria absoluta de um sobre os demais membros. Atualmente, cada país tem 18 representantes.

A informação foi repassada pelo consultor legislativo do Senado na área de Direito Internacional, Francisco Eugênio Archanjo, a assessores lotados nos

gabinetes de deputados e senadores membros do Parlamento do Mercosul. Os funcionários se reuniram com o consultor e com o secretário da Representação Brasileira naquele Parlamento, Antônio Ferreira Costa Filho.

A reunião foi aberta pelo presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). Archanjo informou que estão sendo elaboradas sugestões de normas para a escolha dos membros brasileiros no Parlamento do bloco. O documento será encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral. O Regimento Interno do Parlamento estipula que a escolha de seus membros se dará por meio de eleições diretas, universais e secretas.

**POLÍTICAS PÚBLICAS** Do dinheiro previsto para o Ministério do Esporte em 2006, foram liberados 72%

# Governo promete, mas pouco investe

**B**rasil no Esporte de Alto Rendimento, Bolsa-Atleta, Descoberta de Talentos Esportivos, Segundo Tempo. Os nomes dos programas oficiais de incentivo à prática esportiva no país são inspiradores. Mas, como em outras áreas da vida nacional, como a saúde, a educação e a segurança, os projetos e boas intenções dos sucessivos governos têm patinado na falta de dinheiro ou em erros de concepção, como se verifica a partir de dados do Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro (Siafi) e do *site* Contas Abertas.

Dinheiro, em tese, até existe. Mas não chega ao seu destino, principalmente devido ao contingenciamento de recursos orçamentários utilizado pelo governo para produzir o superávit primário nas contas públicas. Mesmo no ano passado, em que vultosos recursos precisaram ser alocados para financiar os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, a situação não foi muito diferente.

Segundo o Siafi, o Orçamento da União de 2006 destinaria R\$ 1.019.433.029 ao Ministério do Esporte. Se o valor parece animador, vale lembrar que pouco mais da metade (R\$ 572 milhões) seria usada em investimento (programas, projetos, obras etc.) e a outra parte cobriria os gastos com pessoal, encargos sociais e outras despesas correntes da pasta.

Os verbos na condicional no parágrafo anterior têm uma forte razão. Segundo o *site* Contas Abertas, do dinheiro originalmente separado para o Ministério do Esporte, só 72% foram empenhados (ou seja, liberados para gastar), e apenas 26,14% foram de fato pagos.

Não é uma novidade. O Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2004-2007, elaborado pelo Ministério de Planejamento, ao fazer um balanço das metas e projetos do Ministério do Esporte em 2005, confirma que entre o discurso oficial e a prática de governo houve um abismo. Naquele ano, do total previsto pela Lei Orçamentária Anual para o Ministério do Esporte, de R\$ 685 milhões, foram gastos R\$ 423 milhões.

Especificamente para a Secretaria de Esporte de Alto Rendimento, do dinheiro previsto para a realização dos programas em 2005 (R\$ 53,7 milhões), menos de 60% foram liberados e gastos (R\$ 31,2 milhões). A maior parte foi consumida no custeio da própria secretaria, hoje comandada pelo ex-nadador Djan Madruga.

– O contingenciamento dos últimos três anos em relação ao total do orçamento do ministério tem ficado em torno de 30%; no entanto, as ações do Programa de Alto Rendimento não foram afetadas significativamente – alega Madruga.



Atleta de alto rendimento: secretaria que cuida do esporte de ponta foi uma das mais prejudicadas com contingenciamentos

## Gasto com atletas de alto rendimento aumentou em 2006

No ano passado, as coisas parecem ter melhorado, pelo menos para o esporte de alto rendimento, a julgar pelo que relatou ao Tribunal de Contas da União (TCU) o antecessor de Madruga na secretaria, André Arantes. Segundo ele, R\$ 22,3 milhões estavam destinados à Secretaria de Esporte de Alto Rendimento, dos quais 97,7% teriam sido efetivamente liberados.

Desse total, R\$ 3.584.000 foram programados para a ação de Implantação de Centros Científicos e Tecnológicos para o Esporte de Alto Rendimento e R\$ 13,2 milhões para concessão de bolsas-atleta, um incentivo que varia de R\$ 300 a R\$ 2.500 mensais para jovens esportistas que não tenham qualquer outro patrocínio ou rendimento proveniente de sua atividade (*veja reportagem na pág. 9*). Os dois programas responderam por 73,32% do total autorizado para as ações da secretaria.

O refresco orçamentário permitiu o cumprimento e até a superação de algumas metas traçadas pelo ministério.

– A avaliação de atletas superou os 100 mil previstos, chegando a 103.300. Capacitamos 3.680 pessoas, contra a previsão de 2 mil. Os núcleos de categorias de base beneficiaram mais de 1.700 atletas – relatou André Arantes ao TCU.

Ficaram sem cumprimento, porém, duas metas cruciais para o ano passado. Apenas três dos cinco Centros Científicos e Tecnológicos para o Esporte começaram a ser implantados. E, das 1.412 bolsas-atleta que o Ministério do Esporte pretendia conceder, apenas 691 se concretizaram.

Nesse caso, de olho no Pan, o governo concedeu bolsas de maior valor, porém em menor quantidade. O dinheiro reservado para essa rubrica (R\$ 13 milhões) praticamente se esgotou.

## Ministério diz que vai calcular PIB do esporte

Não existem números confiáveis sobre o volume total de recursos que o Brasil investe no esporte, tanto em termos públicos quanto privados. O próprio Ministério do Esporte encara, agora, o desafio de formular uma metodologia que permita calcular este valor. Segundo informa o secretário de Esporte de Alto Rendimento do ministério, o ex-nadador Djan Madruga, a idéia é, inclusive, criar um acompanhamento contínuo, como qualquer outro índice econômico.

– Esse é um grande desafio que o ministério pretende enfrentar. Não há no Brasil um estudo

União e dos estados quanto de empresas estatais e das loterias. No caso do alto rendimento, podemos estimar que haja um investimento anual de R\$ 100 milhões, aí compreendidos recursos da Lei Agnelo Piva, da secretaria e do patrocínio das estatais – diz o secretário, medalhista olímpico (bronze em Moscou, 1980).

Mestre em Educação Física pela Universidade de Indiana (EUA), Djan Madruga aposta que a Lei de Incentivo Fiscal, recentemente

regulamentada, injetará mais R\$ 150 milhões anuais no financiamento do setor, provocando “uma verdadeira re-

volução a partir de 2008”.  
– Nosso pensamento é que o Brasil, até 2016, esteja colocado entre as dez maiores potências olímpicas do mundo. A lei certamente estimulará o surgimento de novos atletas e ampliará a possibilidade de o país se transformar numa verdadeira força esportiva. Acredito também que ela democratizará o acesso ao financiamento, permitindo que atletas, clubes, federações e associações que hoje não dispõem de qualquer ajuda financeira consigam recursos para seus projetos.



Jogos Pan-Americanos: evento esportivo só mudou a prática do governo de cortar recursos previstos no Orçamento no tocante ao esporte de alto desempenho

**POLÍTICAS PÚBLICAS** Programa repassa mensalmente entre R\$ 300 e R\$ 2.500 a atletas que não tem patrocínio

# Bolsa-Atleta tem meta de dobrar contemplados

**D**a delegação brasileira que participou do Pan Rio 2007, com mais de 670 atletas, apenas 39 são contemplados pelo Programa Bolsa-Atleta do Ministério do Esporte. O programa repassa, mensalmente, entre R\$ 300 e R\$ 2.500 para atletas que sem patrocínio possam se dedicar ao treinamento (veja quadro abaixo).

Apesar do baixo percentual de atletas atendidos, em comparação com o contingente total de inscritos na competição, o ministro do Esporte, Orlando Silva, avaliou à época dos jogos que o número de selecionados para a competição que contavam com o apoio do governo comprovaria "a eficácia da ação do ministério".

Criado em 2005, o programa distribuiu em dois anos incentivos para 1.818 atletas, sempre abaixo das metas originalmente propostas, como informa relatório do Ministério do Planejamento. Os planos para 2008 são de ampliar o programa.

– Das 846 bolsas aprovadas no ano passado, 603 se destinavam a atletas e 243 a atletas do para-desporto. No total, o programa

distribuiu aos atletas recursos que chegam a R\$ 13,2 milhões por ano. Para 2007, ainda não houve a distribuição do benefício. A meta prevista era de 854 bolsas. Para 2008, a intenção é dobrar o número de atendimentos – informa o secretário de Esporte de Alto Rendimento, Djan Madruga.

Ele acredita que o programa é fundamental para dar continuidade aos trabalhos dos atletas e descarta, no momento, um eventual aumento das faixas de remuneração.

– O objetivo é o de aumentar a quantidade de atletas contemplados, pois na nossa visão os valores são adequados para a atual realidade – diz Madruga.

Uma das beneficiadas pelo Bolsa-Atleta participou do Pan Rio 2007, mas infelizmente não obteve medalha. Contemplada na categoria internacional, a mesatenista Lígia Silva usa os R\$ 1.500 mensais para pagar despesas de viagens para as competições.

– O reconhecimento do governo ao meu trabalho é muito gratificante. Só tenho a agradecer e trabalhar mais para manter os resultados – comenta a atleta.

## Bolsistas que conquistaram medalhas no Pan Rio 2007

**Badminton:** Guilherme Kumasaka e Guilherme Pardo (bronze)  
**Canoagem:** Carlos Augusto e Roberto Maheler (ouro) e Wladimir Sizenando (prata)  
**Caratê:** Lucélia de Carvalho (ouro), Valéria Kumizak (prata) e Douglas Santos (bronze)  
**Esgrima:** João Souza (bronze)  
**Futebol feminino:** Andréia Santos; Andréia Suntaque e Tânia Ribeiro (ouro)  
**Ginástica artística:** Luis Augusto dos Anjos (prata)  
**Ginástica rítmica:** Nicole Muller e Tayane Mantovaneli (ouro)  
**Handebol:** Fabiana Kuestner (ouro)  
**Levantamento de peso:** Fabrício Francisco Mafra (bronze)  
**Luta greco-romana:** Felipe Macedo (bronze)  
**Nado sincronizado:** Lara Teixeira (bronze)  
**Taekwondo:** Marcio Wenceslau Ferreira (prata)  
**Tênis de mesa:** Gustavo Tsuboi (ouro)  
**Tiro esportivo:** Fernando Cardoso Junior (bronze)

## Categorias de bolsas-atleta

Para receber auxílio, candidato não pode ter qualquer tipo de patrocínio ou receber salário.

### Estudantil (R\$ 300)

Maior de 12 anos, matriculado em instituição de ensino, classificado de 1º a 3º lugar nos JEBs e JUBs ou entre os 24 melhores selecionados (no caso de esportes coletivos).

### Nacional (R\$ 750)

Maior de 14 anos, vinculado a uma entidade esportiva (clube), filiado à federação e confederação e ter se classificado de 1º a 3º lugar no evento máximo nacional, ou figurar entre 1º a 3º lugar no ranking nacional.

### Internacional (R\$ 1.500)

Maior de 14 anos, vinculado a uma entidade esportiva (clube), filiado à federação e confederação e ter se classificado de 1º a 3º lugar em campeonatos mundiais, além de participado de jogos ou campeonatos Pan-Americanos ou Sul-Americanos, com o mesmo desempenho.

### Olimpíca e Paraolímpica (R\$ 2.500)

Maior de 14 anos, vinculado a uma entidade esportiva (clube), filiado à federação e confederação e ter integrado a delegação brasileira na última edição dos Jogos Olímpicos ou Paraolímpicos.



Badminton: beneficiados pelo Bolsa-Atleta, Pardo (E) e Kumasaka ganharam bronze inédito no Pan

## Segundo Tempo só recebeu 13% do orçamento

Os alunos do ensino público fundamental e médio, em especial os de famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo, são os alvos do programa Segundo Tempo, que o Ministério do Esporte desenvolve desde 2003. Fora do horário de aula, os alunos praticam atividades esportivas, com orientação de professores, sem que o foco principal seja a competição, mas a utilização do esporte na formação do cidadão.

Em 2005, 579.718 alunos de 21 estados e do Distrito Federal fizeram parte do Segundo Tempo, que ainda treinou 6.824 professores de Educação Física e outros profissionais para se integrarem ao projeto. Poderia ter sido muito, não fossem as já tradicionais dificuldades de verbas.

– A descontinuidade do fluxo orçamentário impactou na execução do programa, causando "gargalos" em determinados períodos. Ao fim do exercício 2005, entidades públicas deixaram de ser atendidas, quer por inadimplência à época, quer por escassez de recursos ou impossibilidade de renovação imediata

dos convênios – revela o relatório de acompanhamento da execução do Plano Plurianual 2003-2007, do Ministério do Planejamento.

O mesmo problema persiste até hoje. Segundo o *site* Contas Abertas, até 7 de agosto o programa Segundo Tempo do Ministério do Esporte só havia sido contemplado com 13% da dotação orçamentária autorizada para 2007. Estavam previstos gastos durante o ano de R\$ 135,9

milhões, porém apenas R\$ 17,8 milhões foram autorizados, dos quais pouco mais de R\$ 3 milhões efetivamente gastos (2,33%).

Com estas restrições, é difícil imaginar que o Segundo Tempo conseguirá atingir a sua meta de, até o final do ano, atingir 6,5% de todos os alunos matriculados no ensino público brasileiro. Por enquanto, de acordo com o Ministério do Planejamento, ainda não chegou sequer à metade disso.



Segundo Tempo: programa de incentivo ao esporte fora do horário de aula é um dos mais prejudicados com corte de verbas

## Peneira nas escolas para descobrir campeões

Criado em 2004, o programa Descoberta do Talento Esportivo tem uma meta ambiciosa e, por isso mesmo, de difícil realização: avaliar até o final do ano que vem 2 milhões de estudantes da rede pública e cadastrar pelo menos 40 mil alunos de destaque esportivo para "aumentar a base de atletas" no Brasil. Os alunos passam por exames de estatura, envergadu-

ra, flexibilidade, força, resistência, agilidade e velocidade, para descobrir entre eles os que têm maior aptidão física.

Porém, o Ministério do Esporte só anuncia ter avaliado, até agora, 120 mil crianças e adolescentes entre 10 e 15 anos em todo o Brasil. Considerando-se que o Brasil tem mais de 34 milhões de alunos da rede pública nesta faixa etária, mesmo

a meta dos 2 milhões de alunos avaliados ainda deixaria de fora das análises nada menos que 88% dos jovens.

Para acelerar o processo, foram realizados Dias Nacionais do Talento Esportivo nos três últimos anos, mas o resultado não foi muito efetivo. Assim o ministério decidiu mudar a estratégia.

– Estudamos mudar o programa, para que ele encontre talentos por modalidade esportiva, além da identificação da criança que tenha habilidade para esporte em geral. Queremos inserir o projeto nas aulas de Educação Física e no Programa Segundo Tempo do ministério – informa o secretário de Esporte de Alto Rendimento, Djan Madruga.

Cerca de 300 escolas de diversos estados já receberam *kits* de avaliação, compostos por itens como balança e cronômetro. Mais 1.500 *kits*, já comprados, serão enviados a outras escolas nos próximos meses.



Aula de educação física: programa Descoberta do Talento Esportivo tem meta de avaliar 2 milhões de alunos até 2008

**CRISE AÉREA** Ministro mandará investigar envio indevido à Justiça de documento sobre liberação de pista em SP

# Jobim admite punições na Anac por causa de Congonhas

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, admitiu, em audiência na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que poderá instaurar processo administrativo disciplinar contra integrantes da Anac envolvidos na utilização indevida de documento que serviu de embasamento à decisão judicial de liberar a pista principal do aeroporto de Congonhas (*ver matéria abaixo*).

Jobim afirmou que vai solicitar a investigação dos fatos por uma comissão de inquérito e que a instalação do processo disciplinar dependerá dos resultados dessa

investigação.

– Não é uma denúncia. Na denúncia, você indica os réus, no caso de inquérito se faz uma investigação – explicou, em resposta a Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Jobim defendeu o estabelecimento de um plano estratégico de defesa nacional que leve em conta o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, num modelo que permita expandir suas atividades.

O ministro informou que, com a autorização do presidente Lula, constituiu um grupo de trabalho para, até o fim do ano, elaborar o plano que defina esse modelo de



Entre Milton Zuanazzi (E) e Marconi Perillo, ministro Nelson Jobim vai propor comissão de inquérito

defesa nacional e garantiu que a decisão do Executivo é priorizar a segurança. Jobim destacou que, para ele, a crise no setor aéreo não é um tema “que seja posto em termos de governo e oposição; mas em termos de conseguirmos continuar fazendo oposição e governo”.

O presidente da CI, Marconi Perillo (PSDB-GO), assinalou que a maior parte dos aeroportos já

está congestionada e que seriam necessários R\$ 7,3 bilhões para reverter esse quadro, de acordo com relatório da Anac.

Na avaliação do senador, a medida de proteção às empresas brasileiras que proíbe participação maior de 20% de capital estrangeiro nas companhias de aviação pode impedir a dinamização do setor e dificultar a solução dos problemas aeroviários. O

ministro disse ser favorável ao aumento no limite da participação estrangeira para 49%.

Eliseu Resende (DEM-MG) defendeu o estabelecimento de parcerias público-privadas como forma de assegurar recursos para investimentos no setor aéreo e Jayme Campos (DEM-MT) apelou ao governo para que não contingencie recursos destinados às Forças Armadas.

## Denise Abreu renuncia à direção da Anac

A diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) Denise Abreu entregou na sexta-feira, ao ministro da Defesa, Nelson Jobim, carta de renúncia ao cargo. Conforme a assessoria de imprensa do órgão, ela alegou motivos de ordem pes-

soal. Denise Abreu vinha sendo investigada pela CPI do Apagão Aéreo, que aprovou na semana passada a quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico, a partir de 1º de janeiro de 2003, de várias pessoas, entre elas a então diretora da Anac.

A comissão investiga a denúncia de que Denise Abreu tentou promover a transferência de cargas dos aeroportos de Guarulhos (São Paulo) e Viracopos (Campinas) para o de Ribeirão Preto para beneficiar um amigo que seria dono do terminal de cargas daquele aeroporto.

Foi pedida ainda a transferência de sigilo de Sandra Helena Carvalho – mulher do sócio da empresa Ae-

romídia, Carlos Alberto Carvalho – e de funcionários da Infraero.

Demostenes disse, em entrevista à imprensa, que deverá apresentar requerimento convidando a juíza federal Cecília Marcondes para explicar sua sentença que liberou as operações no aeroporto de Congonhas para jatos comerciais de grande porte.

Em matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, Cecília Marcondes acusou a então diretora da Anac de ter apresentado documento com falsas medidas de segurança para pousos de aviões em pista molhada, o qual a teria induzido a proferir decisão errônea que permitiu o acidente com o voo 3054 da TAM.

## Procurador diz que documento usado era válido

O procurador da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Paulo Roberto Gomes de Araújo, afirmou à CPI que enviou à Justiça a norma que tratava das condições de pouso em Congonhas porque o documento “tinha valor e estava em vigor”.

Ele ponderou que a argumentação da Anac no processo objetivava apenas garantir à desembarcadora que a pista estava dentro dos parâmetros de segurança. Na semana anterior, a diretora da Anac Denise Abreu salientou que o documento não era válido.

A desembargadora Cecília Marcondes, do Tribunal Regional Federal, disse à imprensa que se sentiu “enganada” pela Anac. O relator Demostenes Torres acha que, se o documento era ineficaz, como atestou Denise Abreu, houve “fraude processual”.

## Diretor confirma ter viajado às custas da TAM

O diretor da Anac, Josef Barat, confirmou, na CPI do Apagão Aéreo, ter viajado a São Paulo com passagens pagas pela TAM. Ele disse que sua participação no evento foi autorizada pela própria diretoria da Anac, baseando-se em parecer favorável emitido pelo corregedor do órgão, o procurador da República Rubens Vieira. O relator Demostenes Torres considerou “estranho” o parecer, tendo em vista que a agência tem a função de fiscalizar as empresas aéreas.

Também na CPI, o empresário Carlos Ernesto de Campos, dono de uma concessão de recinto alfandegado no aeroporto de Ribeirão Preto, garantiu não ter qualquer relação com a diretora da Anac Denise Abreu e disponibilizou seus sigilos bancário, fiscal e telefônico à comissão.



Denise estava sendo investigada pela CPI do Apagão Aéreo

## Tião Viana cobra ingresso de capital privado

O presidente da CPI do Apagão Aéreo, senador Tião Viana (PT-AC), defendeu mais uma vez a entrada de capital privado nos aeroportos brasileiros. O senador pediu uma posição do governo sobre o assunto “com rapidez, uma vez que o colapso é imediato”.

O novo presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), Sérgio

Gaudenzi, concordou.

– A vinda da área privada é muito boa. É uma injeção nova. E as empresas aéreas teriam que trabalhar com mais agilidade, porque seriam mais exigidas.

Gaudenzi afirmou ainda que é preciso melhorar o atendimento prestado pela estatal aos passageiros. Segundo ele, muitas vezes o passageiro não se irrita apenas por causa dos atrasos e

sim pela falta de informações.

Demostenes Torres apresentou a Gaudenzi várias questões sobre os mais de cem inquéritos de corrupção relacionados com a Infraero. O presidente da empresa destacou que está há apenas 20 dias no cargo, afirmou que aguardará que os órgãos fiscalizadores – entre eles a CPI – façam suas análises e garantiu que, se forem apontados culpados, tomará as providências necessárias.

Gaudenzi disse ainda que pedirá que a Controladoria Geral da União acompanhe a sua gestão e informou que trabalha junto ao Tribunal de Contas da União a fim de que seja elaborada uma nova planilha destinada ao exame das obras em aeroportos.

## Congonhas vai reduzir fluxo, reitera ministro

O centro da crise aérea no Brasil, na opinião de Nelson Jobim, foi a transformação de Congonhas em ponto de concentração e redistribuição de todo o tráfego aéreo. O ministro revelou que as empresas aéreas querem fazer conexões usando Congonhas, mas o governo não vai ceder à pressão “de jeito nenhum”.

– Se Congonhas passasse a ser apenas um aeroporto de destinação final, isso reduziria em 4 milhões ao ano o número de passageiros – disse.

O diretor-geral da Anac, Milton Zuanazzi, rebateu as críticas de que a agência teria sido responsável pelo excesso de vôos em Congonhas. Segundo ele, em 2005 o aeroporto já registrava 48 pousos e decolagens por hora e Anac só foi criada em 2006.

## “Dever de indenizar é das empresas”

O presidente da Comissão de Direito Aeronáutico, Marco Fábio Morsello, pediu uma “reforma urgente e imediata do Código Brasileiro de Aeronáutica”. Morsello apresentou à CPI sugestões de mudanças na legislação sobre aviação comercial, como indenizações maiores para famílias de vítimas. Para o especialista, mesmo enquanto se apura as causas de um acidente, a responsabilidade direta é da companhia aérea, que deve indenizar os familiares.

Morsello argumenta que, se houver culpa de outros envolvidos, como os responsáveis pela infra-estrutura, as companhias aéreas deveriam entrar na Justiça contra eles depois.



Demostenes, Gaudenzi, Tião Viana e Renato Casagrande: busca de solução

ÉTICA Leomar Quintanilha afirma que integrantes do colegiado decidirão se votação será secreta ou não

# Conselho de Ética vota relatório na 5ª

O presidente do Conselho de Ética, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), decidiu submeter aos demais membros do colegiado a questão relativa à definição sobre o caráter da reunião – aberta ou fechada –, na qual será votado o relatório da representação contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, por quebra de decoro parlamentar. Quintanilha afirmou que também fez uma consulta a assessores da Casa sobre as normas regimentais relativas a essa definição, já que o Código de Ética e Decoro Parlamentar é omissivo quanto a esse aspecto.

O presidente do Conselho de Ética marcou para a quinta-feira a votação do relatório final sobre a representação do PSOL contra o presidente do Senado.

– Na minha opinião, se o voto é secreto em processos de cassação de mandato no Plenário, os demais órgãos da Casa devem

seguir a mesma orientação em situações semelhantes. No entanto, mesmo podendo decidir pelo Conselho, vou submeter essa decisão aos membros do Conselho na reunião do dia 30 – explicou Quintanilha.

Renan responde a representação protocolada no Conselho de Ética pelo PSOL, com base em denúncia da revista *Veja* de que ele teve despesas particulares pagas por um funcionário da construtora Mendes Júnior.

Leomar Quintanilha informou ainda que os três senadores designados para elaborar o relatório sobre o processo devem decidir, na reunião desta terça-feira, se oferecem um único parecer ou, se não houver acordo, dois ou até três pareceres. Segundo Quintanilha, Almeida Lima (PMDB-SE), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Renato Casagrande (PSB-ES) vão passar o fim de semana “num esforço concentrado” para formar juízo sobre o caso.

## Senador afirma que colabora para esclarecer denúncias

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou na sexta-feira, em Plenário, que seu comparecimento espontâneo a uma reunião com integrantes do Conselho de Ética, no gabinete do senador Leomar Quintanilha, presidente do colegiado, foi uma demonstração do seu interesse em elucidar os fatos relacionados às denúncias contra ele.

– Com esse gesto ao qual não estava obrigado, abreviei, em muito, o prazo de dez dias que teria para impugnar, se entendesse necessário – e não é necessário –, o laudo da Polícia Federal – ressaltou.

Como ex-ministro da Justiça, disse que conhece de perto a seriedade, a isenção e a compe-

tência da Polícia Federal (PF), que realizou perícia sobre vários documentos por ele arrolados em sua defesa. E negou que a PF tenha identificado irregularidades nos documentos.

– O laudo comprovou que eu tinha dinheiro para pagar as contas e que a venda do gado aconteceu pelo preço de mercado. Não fala sequer em irregularidades. Fala em incongruência e inconsistência, em desencontro de informações. Mas isso não tem nada a ver com quebra de decoro, com exercício de mandato. A atividade rural é uma atividade primária e muitas pessoas que dela participam não têm informação adequada – explicou Renan.



Depoimento: Renan (E) com o advogado, Quintanilha, Almeida Lima, Marisa Serrano e Casagrande

## Renan pede suspensão de reunião da Anatel

O presidente do Senado, Renan Calheiros, pediu em Plenário que o Ministério das Comunicações e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) suspendam reunião do conselho diretor da agência marcada para esta semana. Segundo Renan, a reunião pode servir para se fazer “um remendo” na transação em que o Grupo Abril transfere para a empresa espanhola Telefônica o controle de uma operadora bra-

sileira de TV a cabo.

Renan disse que a idéia inspiradora dessa reunião é maquiar uma suposta transação ilegal. De acordo com o presidente do Senado, “querem trocar os acionistas, os laranjas como foram chamados na oportunidade, na tentativa de aprovar o negócio flagrado na ilegalidade”.

Conforme Renan, o negócio celebrado pelo Grupo Abril – dono da revista *Veja*, que o acusou

de ter despesas pessoais pagas por um lobista de empreiteira – “fere os interesses nacionais, restringe a concorrência e agride o mercado”.

– Essa deprimente operação pretende repassar, também à Telefônica, 86,7% da Comercial Cabo, localizada na cidade de São Paulo, e 91,5% da TVA Sul, que alcança Curitiba, Foz do Iguaçu, Florianópolis e Camboriú, no sul do país – frisou Renan.

## Parecer de João Pedro sai esta semana

Até o final da próxima semana, o senador João Pedro (PT-AM) – relator da representação do PSOL contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, para que o Conselho de Ética investigue se ele teria favorecido politicamente a cervejaria Schincariol – deverá estar com sua opinião formada sobre a matéria.

Em entrevista à Agência Senado, João Pedro disse que aguarda somente resposta ao expediente que enviou a Renan no início da

semana passada, pedindo explicações sobre as denúncias, para então reunir-se com o presidente do conselho, senador Leomar Quintanilha, e “formar um juízo” sobre o caso.

– Já estou com a representação do PSOL. Faltam agora apenas os esclarecimentos do Renan para decidir as providências a serem tomadas – afirmou João Pedro.

O relator destacou que está atento ao Código de Ética e

Decoro Parlamentar, que prevê o prazo de cinco sessões ordinárias para que Renan, se quiser, responda a seu requerimento.

Questionado sobre a possibilidade de arquivar o processo, uma vez que diversos senadores defendem iniciar as investigações pela Câmara, pois o fato envolve o irmão de Renan, o deputado Olavo Calheiros, João Pedro observou que ainda é cedo para fazer qualquer afirmação em relação a esse assunto.

## Caso do mensalão já tem 19 réus no Supremo

Até sexta-feira, o Supremo Tribunal Federal (STF) havia transformado em réus 19 dos 40 denunciados no caso do mensalão – suposto esquema que financiava parlamentares do PT e da base aliada em troca de apoio político. Entre eles estão o empresário Marcos Valério, o deputado João Paulo Cunha (PT-SP) e o ex-ministro Luiz Gushiken (Comunicação do governo).

O Supremo julga a denúncia do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, contra os envolvidos no escândalo, a partir do resultado dos relatórios finais das CPIs dos Correios e do Mensalão. O esquema foi revelado em 2005 pelo então deputado Roberto Jefferson, posteriormente cassado.

O julgamento do caso começou na quarta-feira, com a leitura do relatório do ministro Joaquim Barbosa e a defesa proferida pelos advogados de

cada um dos 27 denunciados – alguns defendem mais de um acusado.

Na quinta-feira, os advogados concluíram a defesa de seus clientes e o ministro relator leu as preliminares apresentadas pelos advogados.

A maior polêmica girou em torno da questão preliminar levantada pelas defesas, de que as informações obtidas no Banco Central pelo procurador-geral da República seriam ilícitas porque não havia autorização judicial.

O Supremo não aceitou a denúncia de peculado contra o deputado cassado e ex-ministro José Dirceu, considerado pelo Ministério Público como o “chefe” da “organização criminosa”. Ele ainda é acusado pelos crimes de corrupção ativa e formação de quadrilha.

A presidente do STF, Ellen Gracie, avalia que o julgamento deve continuar pelo menos até esta terça-feira.



No Plenário, Gim conversa com Adelmir Santana (E), seu colega de bancada do Distrito Federal: “Agora, vamos trabalhar”

## Mesa arquiva pedido contra Gim. PSOL recorre

O PSOL entra nesta segunda-feira com dois recursos contra a decisão da Mesa do Senado de arquivar representação que solicitava ao Conselho de Ética investigação de quebra de decoro contra o senador Gim Argello (PTB-DF). Uma das ações será protocolada no Supremo Tribunal Federal (STF) e outra no Plenário do Senado.

Para arquivar a representação, a Mesa justificou que não cabe

investigar um senador por quebra de decoro se os fatos ocorreram antes de sua posse. Como a votação ficou empatada, o voto decisivo coube ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que opinou pelo arquivamento.

Gim é citado em escutas telefônicas da Operação Aquarela, que apurou desvio de dinheiro do Banco de Brasília (BRB). Ele assumiu em julho, após a renúncia de Joaquim Roriz.

## Senador do DF: “Sempre confiei no bom senso”

Aliviado com a decisão da Mesa diretora do Senado pelo arquivamento de representação contra ele, o senador Gim Argello afirmou, em nota à imprensa, que sempre confiou “no bom senso e na justiça do Senado”.

Segundo o texto, o parlamentar do Distrito Federal disse ter sempre confiado em sua inocência e estar “agradecido” pela decisão da Mesa. “Agora, vamos trabalhar pelo Brasil e por Brasília”, frisou.

Durante a reunião da Mesa, o advogado de Gim Argello, o ex-senador e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Maurício Corrêa, observou que uma ação contra seu cliente no Conselho de Ética feriria decisão daquela corte, uma vez que as acusações referiam-se a período anterior à posse.

– Mas antes de tudo é preciso deixar claro que não há nada contra o senador, a não ser citações em escutas telefônicas – afirmou Corrêa.

## PLENÁRIO

# Adelmir quer combate mais firme à pirataria

Adelmir Santana (DEM-DF) conclamou o Senado e os governos federal, estaduais e municipais a promoverem um combate firme e efetivo à pirataria, prática que ele definiu como uma ilegalidade que invade novos segmentos da vida nacional a cada dia, valendo-se da tolerância da sociedade.

O senador relatou encontro que teve na Federação do Comércio do Distrito Federal com empresários ligados ao setor de videolocadoras. Nessa ocasião, disse ter conhecido o desespero dos representantes do comércio em relação à prática da pirataria. Mais de 110 empresas do ramo já fecharam em Brasília nos últimos anos especificamente por esse motivo, destacou.

## Marisa Serrano elogia ações realizadas pelo TCU

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) disse, na última sexta-feira, que as ações de auditoria, controle externo e fiscalização em órgãos públicos feitas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) têm contribuído para melhorar o desempenho dessas instituições. Segundo ela, as recomendações dadas pelo tribunal, após essas ações, visam melhorar o desempenho do governo e a gestão dos recursos públicos e vêm sendo acatadas por cerca de 60% dos estabelecimentos fiscalizados.

– Qualquer atuação do TCU inibe o desvio de recursos federais – declarou a senadora, observando que as ações do tribunal têm colaborado para melhorar o funcionamento dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Marisa avalia que as ações do TCU servem como parâmetro para os demais tribunais de contas do país e também para os órgãos de controle interno.

## João Pedro relata viagem a regiões amazônicas

João Pedro (PT-AM) prestou contas da recente viagem que realizou, juntamente com sua assessoria, às regiões denominadas de Médio e Alto Solimões, na Amazônia – ocasião em que manteve contato direto com as populações e autoridades de 11 municípios.

O senador ressaltou os graves problemas enfrentados pelos moradores daquelas cidades, como aumento da violência, tráfico de drogas e biopirataria.



Mais de 110 videolocadoras em Brasília já fecharam, diz Adelmir

Segundo Adelmir, esses empresários tinham vários empregados e hoje apenas alguns têm condições de continuar seu comércio empregando um ou dois familiares. O senador também alertou para o fato de que a pirataria no Brasil não se limita a filmes, CDs

ou à produção intelectual, mas já atingiu áreas consideradas ainda mais sensíveis, como a dos medicamentos.

O parlamentar disse que o Estatuto da Micro e da Pequena Empresa poderá facilitar a vida de empresários que queiram sair da informalidade, mas advertiu que a pirataria sempre representará um complicador, pois é uma concorrência desleal por parte de pessoas que atuam fora da legalidade.

– Em plena capital federal, vemos nas praças e nas portas dos restaurantes oferta de filmes, roupas, acessórios, tudo pirata. São produtos de baixa qualidade, sem documentação nem garantia. Não podemos achar tudo normal. Isso é uma ilegalidade.

## Mozarildo lembra os 53 anos da morte de Getúlio

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lembrou, na sexta-feira, os 53 anos da morte do presidente Getúlio Vargas. Ele sugeriu uma visita ao site do Partido Trabalhista Brasileiro (<http://www.ptb.org.br>), que foi o partido de Getúlio. No site há um histórico da vida do presidente da República que se suicidou em 1954.

– Getúlio Vargas colocou sempre os objetivos nacionais acima de seus interesses particulares ou regionais – assinalou.

Em homenagem ao político, o senador pediu que as pessoas se filiem ao PTB e ajudem a legenda a ser novamente “o grande partido do povo brasileiro”. Mozarildo informou que o PTB fará, de 1º a 14 de setembro, uma grande campanha de filiação.

## Quintanilha alerta para seca no Tocantins

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) alertou para a seca que atinge o sudeste do estado do Tocantins. Ele afirmou que várias prefeituras da região declararam estado de emergência e vêm solicitando a ajuda do governo estadual e também do governo federal.

De acordo com o senador, “falta água para beber, para a higiene pessoal, para o preparo da alimentação e para as atividades econômicas de uma região centrada na atividade primária”.

## Gilvam defende construção de ponte sobre o rio Oiapoque

Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu a construção de ponte internacional sobre o rio Oiapoque, o que representará, segundo ele, um passo decisivo para o desenvolvimento do Amapá em diversas atividades econômicas e especialmente do turismo, além de contribuir para o estreitamento da integração da região Norte com os países vizinhos.

– Meu estado não vê a hora de receber a obra concluída – salientou o senador.

## Collor viaja pelo país para debater parlamentarismo

Nascido no Rio de Janeiro, o político pelo estado de Alagoas Fernando Collor de Mello já passou praticamente por todos os cargos eletivos do país: foi prefeito de Maceió, deputado federal, governador de Alagoas, presidente da República e conquistou o mandato de senador em uma campanha curta. Nesta semana, o parlamentar solicita licença de quatro meses junto à Mesa do Senado e, durante o período, viajará pelo Brasil e participará de debates a convite de centros de ensino e de outras entidades da sociedade civil.

Em entrevista à Agência Senado, Collor diz que pretende



CÉLIO AZEVEDO

conhecer ainda mais o Brasil atual, afirma não acreditar que o Senado esteja mergulhado em uma crise política em virtude do episódio Renan Calheiros e fala sobre as vantagens da adoção do regime parlamentarista.

**O senhor já foi prefeito, deputado federal, governador, presidente e, agora, é senador. Como analisa o Senado, que teve papel ativo na suspensão dos direitos políticos do senhor quando exercia a Presidência da República?**

Quando entrei no Senado, mesmo sendo a Casa que me tirou os direitos políticos por oito anos, confesso que me senti bem. Fui bem acolhido, tratado com generosidade pelos meus pares, cheguei com vontade de aprender muito e dar a minha contribuição aos debates desenvolvidos neste importante espaço político.

**O senhor anunciou que vai se licenciar por quatro meses. A decisão tem algo a ver com a chamada crise política que ronda o Senado?**

Esta suposta relação não existe. Senti necessidade de atender a muitos convites para debates. Quando levei alguns assuntos ao Plenário, houve muito interesse em relação a dois temas em particular: a reforma política e o parlamentarismo. Pretendo circular pelo Brasil, pois há muito tempo não mantinha uma relação mais estreita com a população brasileira. Infelizmente, essa decisão coincidiu com os fatos eclodidos recentemente no Senado, daí as ilações de que a licença poderia estar vinculada a outros fatos conjunturais.

**O senhor concorda com a tese**

**de que o Senado está vivendo uma crise?**

O Senado vem funcionando internamente, mesmo que com uma obstrução ou outra. Foram votadas matérias nesta semana, na semana passada também vários projetos foram apreciados. As comissões temáticas e as CPIs funcionam e, mais importante, a opinião pública acompanha o desenrolar das crises – questão Renan, o apagão aéreo, esta marola do Supremo [o julgamento do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal]. Devemos exaltar que a democracia brasileira, aos poucos, nesses processos traumáticos, vai se fortalecendo. Não percebo internamente, no Senado, uma crise. Se houvesse, a Casa estaria paralisada.

**O senhor lidera uma frente parlamentarista no Congresso. Vê alguma possibilidade de adoção desse regime de governo?**

O presidencialismo não passa um semestre sem crise, afetando a governabilidade do país. O parlamentarismo é um sistema que traz no seu gene a responsabilidade e a co-responsabilidade, embora para funcionar bem exija mudanças nas regras eleitorais e na legislação pertinente à vida política nacional – voto distrital, fidelidade partidária, obrigatoriedade de cursos de formação de quadros pelos partidos, não-obrigatoriedade do voto, financiamento público de campanha, lista fechada.

## No Dia do Maçom, senadores pedem mais atuação da entidade

Ao discursar em homenagem ao Dia do Maçom, comemorado na segunda-feira passada, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) convidou os maçons a assumirem uma posição mais ativa e moderna na sociedade brasileira. Tomando como exemplo a atuação da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Mozarildo destacou o grande potencial de realização da sociedade, uma vez que tem, em sua avaliação, penetração muito maior do que a alcançada pela Igreja Católica no cenário nacional.

O senador defendeu também a prestação de contas, por parte da Maçonaria,

das atividades realizadas em benefício do país. Segundo ele, a publicação de um balanço anual das atividades das lojas, ao revelar as obras dos maçons, aumentaria a sua inserção na sociedade, contribuindo para o seu aperfeiçoamento.

Efraim Moraes (DEM-PB) ressaltou o papel da Maçonaria em todos os movimentos libertários ocorridos no mundo nos últimos 300 anos, com destaque para a Independência dos Estados Unidos (1776) e a Revolução Francesa. No Brasil, citou a Inconfidência Mineira, a Conjuração Baiana, a Revolução Pernambucana e o episódio do Fico, que antecedeu a

Independência do Brasil, “praticamente toda articulada pela Maçonaria”.

Para o senador Mão Santa (PMDB-PI), o Brasil nunca precisou tanto da Maçonaria quanto agora.

– Vocês [os maçons], que fizeram a Independência, libertaram os escravos, proclamaram a República, nos livrem agora disso – pediu, referindo-se aos 76 impostos que, de acordo com o senador, são cobrados pelo governo.

Em comparação com a situação atual do país, “os portugueses eram bonzinhos”, disse Mão Santa, lembrando que o imposto cobrado pelos colonizadores era de um

quinto sobre os rendimentos, a chamada derrama.

– Agora é a metade – assinalou.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) lembrou que os maçons promoveram historicamente ações “de fraternidade e solidariedade e em defesa da democracia”. Bisneta de maçom, ela disse que a instituição tem vínculos fortes com Mossoró (RN), cidade onde a senadora nasceu. Segundo Rosalba, os mossoroenses comemoram todos os anos a libertação dos escravos da cidade, que se deu em 1883, cinco anos antes da edição da Lei Áurea, que aboliu a escravidão em todo o território nacional.

## Voz do Leitor

## SEGURANÇA NAS ESCOLAS

“Sugiro que nas escolas estaduais e municipais com risco de violência e drogas sejam instaladas câmeras nas portarias, corredores e banheiros.”

**Elisete Inácio dos Santos, de Belo Horizonte (MG)**

## ENERGIA ELÉTRICA

“Gostaria de propor uma lei que obrigue a colocação, em todos os equipamentos eletrônicos, de um botão ou chave que permita desligá-los definitivamente, pois os que têm *stand-by* ficam consumindo energia mesmo quando não são utilizados.”

**Franz Josef Hildinger, de Praia Grande (SP)**

## APAGÃO AÉREO

“O diretor-geral do Departamento de Controle de Espaço Aéreo (Decea), brigadeiro Ramon Borges Cardoso, diz que a causa do apagão aéreo é o pequeno número de funcionários atuando na área. Já o senador Paulo Paim diz que o problema é o sistema, que é obsoleto. Vamos esclarecer as raízes do problema e consertar o que há de errado! Já chega de desconsideração com o consumidor brasileiro! Fora apagão aéreo!”

**Nathanaela Honório, de Campina Grande (PB)**

## ACM

“A Bahia está de luto por perder o senador Antonio Carlos Magalhães e nós eleitores estamos órfãos em muitos sentidos.”

**Ronney Silva Rocha, de Vitória da Conquista (BA)**

## VIOLÊNCIA

“Proponho a elaboração de um projeto de lei que vise proibir as emissoras de televi-

são de transmitirem desenhos que estimulem a violência.”

**Paulo Lima Viana, de Brejo (MA)**

## TREM-BALA

“Sugiro um projeto de lei que vise a implementação de um trem-bala no país, pois evitaria o apagão aéreo e diminuiria o risco de acidentes com aviões.”

**Paulo César Correia Alves, de São Paulo (SP)**

## TIMEMANIA

“Foi uma ótima idéia dos senadores modificarem a Timemania para incluir clubes de pequeno porte. Assim, o futebol do país poderá voltar a dar alegria aos torcedores como antigamente.”

**Ismael Carlos Oliveira de Paula, de Combinado (TO)**

## CONCURSOS

“São inaceitáveis as taxas de inscrição cobradas em concursos públicos. Como o cidadão brasileiro, que convive com o desemprego estrutural, poderá concorrer e sair dessa situação? Sugiro que se dê um fim às taxas de inscrição.”

**Cícera Aurilenne Cardoso, de Aracaju (SE)**

## AMAZÔNIA

“Os senadores poderiam apresentar um projeto de lei prevendo punições mais severas contra a exploração da Amazônia.”

**Laianderson Lima da Silva, de Barreiras (BA)**

## OBESIDADE

“Obesidade é doença. Sugiro a apresentação de um projeto de lei que obrigue o governo federal a oferecer remédios para emagrecer nos postos de saúde.”

**Valentim Antonio Santos Lima, de Serra (ES)**

*Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).*

## Pergunte ao Senador

## TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO

**Rildo Alves de Oliveira, de Desterro (PB)**

“Por que o povo baiano, sergipano e alagoano se posiciona contra a transposição do rio São Francisco?”

**O senador Almeida Lima (PMDB-SE) responde:**

Tenho uma posição contrária à transposição do rio São Francisco porque se trata de um projeto que não respeita o meio ambiente e as condições precárias do próprio rio. Eu até acho, prezado Rildo, que após um amplo projeto de revitalização poderíamos pensar nessa hipótese, mas não agora, pois estamos falando de um rio de grande importância para o país e que está agonizando. Por outro lado, a maior parte das águas são utilizadas hoje para atender projetos agropastoris, enquanto as populações que vivem às margens do rio continuam desassistidas. Na Bahia, Sergipe e Alagoas, populações inteiras da região do semi-árido morrem de sede e de fome, enquanto as águas do São Francisco estão ali perto, podendo irrigar as suas plantações e permitindo a sobrevivência de milhares de famílias. Acredito que levar água para irrigar as plantações desses ribeirinhos exigiria menos recursos do que um projeto tão oneroso como o de transposição das águas, priorizado pelo governo federal.



## Agora é lei

## Desligamento de cursos do ProUni

Uma nova regra para a desvinculação dos cursos com desempenho insuficiente no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) já está em vigor, de acordo com a Lei 11.509. A legislação estabelece que o Ministério da Educação desligará do Programa Universidade para Todos (ProUni) o curso considerado ruim por duas avaliações consecutivas e não mais três, como previa a lei que instituiu o programa. A lei publicada no *Diário Oficial* não altera a situação dos alunos beneficiados pelo ProUni: mesmo com o descredenciamento da instituição, eles terão a garantia da bolsa até o final do curso.

A mudança na legislação que instituiu o ProUni foi proposta pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO), autor de projeto para tornar mais rigoroso o critério para o credenciamento das universidades, com o objetivo de garantir o nível de qualidade dos cursos.

Como a avaliação do Sinaes ocorre a cada três anos, a regra anterior permitia que uma instituição com avaliações ruins continuasse inserida no ProUni por até sete anos. Para Raupp, tão importante quanto manter a oportunidade de acesso à universidade aos estudantes de baixa renda é assegurar o padrão de qualidade dos cursos oferecidos. Segundo o ministério, atualmente 1.424 instituições de ensino superior privadas participam do ProUni, oferecendo 108 mil bolsas de estudo. Para concorrer às bolsas, o candidato deve fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e obter média superior a 45 pontos, além de ter feito o ensino médio em escola pública ou na rede particular na condição de bolsista integral, entre outras exigências.

## Frases

“Acho que por trás deste Brasil sujo, escuro e ruim há um Brasil limpo e decente. E este Brasil precisa gritar”

**Jefferson Péres**, contrário ao pessimismo do articulista Roberto Pompeu de Toledo, em “O Brasil acabou”, na *Veja*.

“Ela se contradiz a cada instante, mente para nós e mentiu para a juíza quando apresentou um documento que a induziu a liberar Congonhas”

**Demostenes Torres**, ao defender a quebra de sigilos da então diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) Denise Abreu.

“Manter a CPMF é autorizar o governo Lula a continuar aumentando seus gastos, sem nenhum controle”

**Jarbas Vasconcelos**, anunciando seu voto contra a prorrogação da cobrança da CPMF.

“Setenta e cinco por cento do Bolsa Família foram financiados pela CPMF. Se extingirmos a CPMF, significa que 75% daqueles 11 milhões de famílias não vão mais poder ter a transferência de renda do programa”

**Ideli Salvatti**, em defesa da manutenção da CPMF.

“O julgamento [pelo STF] responde à indignação da sociedade, perplexa com a sensação de impunidade frente a tantos escândalos que se sucederam no país”

**Alvaro Dias**, que considerou um “fato histórico” a análise pelo Supremo de denúncia contra 40 acusados de receber o mensalão.

“Vi uma fotografia onde Hugo Chávez, enxeridamente, intrometidamente, está ao lado de reproduções de Che Guevara, Simon Bolívar e Fidel Castro. Ele lá no meio. Lindo, lindo, lindo”

**Gilvam Borges**, para quem a reunião do Parlatino, em Caracas, foi em benefício do presidente da Venezuela.

“A paralisação dos médicos em vários estados é um grito de socorro”

**Raimundo Colombo**, ao comparar a correção da tabela do SUS (37,3%) desde o Plano Real e a da energia elétrica (595,53%).

## Foto da Semana

Um grupo de gestantes quebrou o protocolo na semana passada ao interromper com uma encenação teatral o debate da Comissão de Direitos Humanos sobre a ampliação da licença-maternidade para seis meses. Frequentadoras do Espaço Ventre Livre, que oferece atividades voltadas a grávidas, mães e bebês, elas envolveram na performance, com bom humor, todos os participantes da reunião, como o senador Paulo Paim



CÉLIO AZEVEDO

## A descontração da Rádio Senado Ondas Curtas

Todos os dias, a Rádio Senado Ondas Curtas (OC) apresenta um programa que mescla notícias do Senado, música, prestação de serviço e participação direta de ouvintes do interior do país, por cartas e recados telefônicos. O programa, chamado de *Senado é Mais Brasil*, que vai ao ar das 7h às 10h (exceto sexta-feira, até 9h), traz os quadros Pergunte ao Doutor (segunda-feira), Fique por Dentro da Lei (terça), Viver da Terra (quarta), Sintonia Ambiental (quinta), Audiência com o Prefeito e Curiosidade não Mata (sábado e domingo) e Contos que Encantam (domingo).

# Programa lembra Dia do Combate ao Fumo

O programa *Arquivo Aberto*, transmitido pela Rádio Senado (FM 91,7 MHz e OC 5990 KHz), vai lembrar em sua edição desta segunda-feira, às 11h30, os dez anos da instituição do Dia Mundial do Combate ao Fumo. O programa irá fazer um levantamento das diversas discussões que já ocorreram no Senado sobre comercialização, consumo e publicidade de cigarro, de 1953 a 1998.

Na mesma edição, o *Arquivo Aberto* irá abordar outros temas, como o Dia Nacional do Voluntariado – comemorado em 28 de agosto – e o trabalho de Madre Teresa de Calcutá, falecida há dez anos e que foi homenageada

pelo programa *Brasil Regional* da emissora. Também será lembrado o aniversário de 30 anos da cantora Maria Rita, com a reprise de alguns trechos do programa *Jazz e Tal*.

A Rádio Senado apresenta ainda, no programa *Escala Brasileira*, o talento da cantora, atriz e ativista política Rosemary. Na televisão brasileira, Rosemary estreou em musicais da TV Globo e participou de novelas. Ela também se notabilizou pelo ativismo político, ao lutar por causas como a filtragem sorológica – para evitar a contaminação durante transfusões de sangue – e a criação do Museu Carmem Miranda. O programa vai ao ar,

em reprise, nesta quinta-feira, às 23h.

Outra alternativa para quem gosta de música popular brasileira é o *Brasil Regional*, que apresenta o trabalho de Tião Carvalho. Multifacetada, a arte deste maranhense engloba dramaturgia, dança e música. O programa é transmitido no domingo, às 8h.

Para os interessados no universo diplomático, o *Autores e Livros* entrevista a professora da UnB Cristina de Moura, autora do livro *O Instituto Rio Branco e a Diplomacia Brasileira – Um estudo de carreira e socialização*. O programa vai ao ar no sábado, às 15h.

## Acidentes aéreos: a via-sacra das indenizações

As ações movidas pelos familiares das vítimas dos últimos acidentes aéreos no Brasil arrastam-se na Justiça. Até hoje, cerca de 10% dos parentes dos passageiros do Fokker 100 da TAM, acidentado em 1996, não receberam a indenização prevista em lei. Os familiares das vítimas do avião da Gol, que caiu em setembro de 2006, passam pelo mesmo problema, que pode se repetir no caso dos parentes das 199 vítimas do acidente com o Airbus da TAM, ocorrido em julho deste ano.

O que eles devem fazer? A

quem podem recorrer? Como as seguradoras e as companhias aéreas devem atuar? Além dessas questões, o programa *Conexão Senado*, com transmissão nesta segunda-feira, ao meio-dia, vai esclarecer quais os direitos dos cidadãos e as obrigações das empresas em casos de cancelamento ou atraso de voo.

Mais cedo, às 8h30, o *Senado Economia* entrevista o professor e pesquisador da Organização Independente Tndnet.org Ivan César Ribeiro, sobre o custo financeiro e social da ineficiência do Judiciário brasileiro.



Direitos dos familiares das vítimas de tragédias aéreas e obrigações das empresas serão debatidos no *Conexão Senado*

JOSÉ CRUZ/ABR

### TV Senado

#### SEGUNDA-FEIRA

1h - Leituras  
1h30 - Conversa de músico  
2h - Especiais  
3h - Inclusão/Diplomacia  
4h - Cidadania Debate  
5h - Cidadania Entrevista  
5h30 - Parlamento Brasil  
6h - Cidadania Debate  
7h - Leituras  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Diplomacia/Inclusão  
9h - Parlamento Brasil  
9h30 - Alô Senado  
10h - Especial/Comissões  
12h - Cidadania Entrevista  
12h30 - Direto do Cafezinho  
13h - Cidadania Debate  
13h45 - Senado Agora (ao vivo)  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Senado Agora  
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)  
19h - Cidadania Debate  
20h - Direto do Cafezinho  
20h30 - Cidadania Entrevista  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

#### TERÇA A QUINTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania  
5h30 - Alô Senado ou Leituras  
6h - Cidadania Debate  
7h - Direto do Cafezinho  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Direto do Cafezinho  
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado  
8h30 - Direto do Cafezinho  
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado  
9h - Direto do Cafezinho  
9h30 - Comissões (ao vivo)  
13h45 - Senado Agora (ao vivo)  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Senado Agora  
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)  
19h - Cidadania Debate  
20h - Direto do Cafezinho  
20h30 - Cidadania Entrevista  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

#### SEXTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania  
5h30 - Parlamento Brasil  
6h - Cidadania Debate  
7h - Direto do Cafezinho  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Direto do Cafezinho  
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado  
8h30 - Direto do Cafezinho  
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado  
9h - Plenário (ao vivo)  
13h45 - Senado Agora (ao vivo)  
14h - Comissões (inéditas ou reapresentação)  
18h45 - Direto do Cafezinho  
19h - Cidadania Debate  
20h - Direto do Cafezinho  
20h30 - Cidadania Entrevista  
21h - Jornal do Senado Federal  
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões (inéditas)

#### SÁBADO - 1º.9.2007

1h - Cidadania Debate  
2h - Leituras  
2h30 - Inclusão - Trabalhadores do Brasil  
3h30 - Cidadania Entrevista  
4h - Alô Senado  
4h15 - Eco Senado  
4h30 - De coração  
5h - Conversa de Músico  
6h - Cidadania Debate  
7h - Alô Senado  
7h15 - Eco Senado  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - De coração  
8h30 - TV Brasil Internacional-Hecho a Mano  
9h30 - Leituras  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
11h - Parlamento Brasil  
11h30 - Inclusão - Trabalhadores do Brasil  
12h30 - Cidadania Entrevista  
13h - Alô Senado  
13h15 - Eco Senado  
13h30 - Cidadania Debate  
14h30 - Conversa de Músico  
15h30 - O Velho - Luis Carlos Prestes - 3ª parte  
16h30 - Repórter Senado - Especial Japão - 2ª parte  
17h30 - Cidadania Entrevista  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
19h - Cidadania Debate  
19h45 - Alô Senado  
20h - Leituras  
20h30 - Especial Lygia Fagundes Telles  
21h - Parlamento Brasil  
21h30 - Repórter Senado Especial Japão - 2ª parte  
22h30 - Inclusão (reprise)  
23h30 - De coração  
24h - Espaço Cultural - O Século de Stanislavski - 1ª parte

#### DOMINGO - 2.9.2007

1h - Cidadania Debate  
2h - Alô Senado  
2h15 - Eco Senado  
2h30 - Inclusão - Trabalhadores do Brasil  
3h30 - Cidadania Entrevista  
4h - Leituras  
4h30 - De coração  
5h - Conversa de Músico  
6h - Cidadania Debate  
7h - TV Brasil Internacional - América do Sul Hoje  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Leituras  
8h30 - De coração  
9h - Inclusão - Trabalhadores do Brasil  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? - Antonio Vivaldi - As Quatro Estações  
11h15 - Eco Senado  
11h30 - Especial - Lygia Fagundes Telles  
12h - Repórter Senado  
12h30 - Cidadania Entrevista  
13h - Parlamento Brasil  
13h30 - Cidadania Debate  
14h30 - Espaço Cultural - O Século de Stanislavski - 1ª parte  
15h30 - Especial O Velho - Luis Carlos Prestes - 3ª parte  
16h30 - Inclusão - Trabalhadores do Brasil  
17h30 - Cidadania Entrevista  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? - Antonio Vivaldi - As Quatro Estações  
19h - Cidadania Debate  
19h45 - Conversa de Músico  
20h30 Leituras  
21h - Especial - O Velho - Luis Carlos Prestes - 3ª parte  
22h - Repórter Senado Especial - Japão - 2ª parte  
23h - Parlamento Brasil  
23h30 - De coração  
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

#### SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira  
9h - Prosa e Verso  
10h - Especial (reprise)  
11h - Música Erudita  
12h - Senado Resumo (reprise)  
13h40 - Música e Informação  
15h - Autores e Livros  
16h - Música do Brasil  
17h - Música e Informação  
18h - Improviso Jazz  
19h - Senado Resumo (reprise)  
20h - Escala Brasileira

#### DOMINGO

8h - Brasil Regional  
9h - Autores e Livros (reprise)  
11h - Música do Brasil  
15h - Música Erudita (reprise)  
16h - Prosa e Verso  
17h - Reportagem Especial (reprise)  
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)  
20h - Jazz & Tal

### Como sintonizar

#### TV A CABO

NET, TVA e Video Cabo

#### TV POR ASSINATURA

Sky (canal 96), Directv (217) e Tecsats (17)

#### UHF

João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (51), Salvador (53), Recife (55) e Manaus (57).

#### ANTENA PARABÓLICA

##### Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

##### Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) -

1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s  
FEC - ¾

### Como sintonizar

#### FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

#### ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

#### INTERNET

No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio do Real Player ou Windows Media Player

#### ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

## RESENHA

## O pan-americanismo diplomático em revista

ALEXANDRE GUIMARÃES

A América é conhecida aos fragmentos, iniciava o primeiro volume da *Revista americana*, lançada em 1909, “no intuito de divulgar as diversas manifestações espirituais da América e seguir do mesmo passo, paralelamente, o traçado superior da sua evolução político-econômica”.

Publicada pela coleção Brasil 500 Anos, *Revista americana: uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919)* reúne uma seleção de artigos fac-similares, em especial sobre questões diplomáticas de relevo para

os latino-americanos no início do século passado.

O livro, dividido em duas partes – “As duas Américas” e “Páginas de história diplomática” –, apresenta textos de Joaquim Nabuco (“A parte da América na civilização” e “A aproximação das duas Américas”), Araripe Júnior (dois textos sobre a doutrina Monroe), Rio Branco (“O Brasil, os Estados Unidos e o monroísmo”), entre outros.

Há também importantes textos – esses em espanhol – de

autores como os argentinos Norberto Piñero (“La política internacional argentina”) e Ramón J. Carcáno (“La diplomacia de la Triple Alianza” e “Relaciones internacionales: el criterio argentino tradicional”) ou o peruano Francisco García Calderón (“El panamericanismo: su pasado y su porvenir”).

Esses exemplos mostram que *Revista americana* agrupa textos clássicos do pan-americanismo, além de discutir em profundidade o princípio basililar da doutrina estabelecida pelo presidente estadunidense James Monroe: “A América para os americanos”.

Os 26 volumes da *Revista americana* são documentos de inestimável valor histórico, cultural e político, merecendo já há muito serem reeditados. A publicação dessa seleção de textos, feita pelo Senado, talvez seja uma iniciativa nesse sentido. Melhor mesmo – fica a sugestão – seria o lançamento de uma revista bilíngüe, em que fosse reunido o pensamento latino-americano deste início do século 21.



Joaquim Nabuco

REPRODUÇÃO

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. O livro *Revista americana: uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919)*, edição fac-similar da coleção *Brasil 500 Anos*, do Senado Federal, pode ser adquirido por R\$ 20. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail [livros@senado.gov.br](mailto:livros@senado.gov.br) ou pelo telefone (61) 3311-4755.

## SENADO

## Parceria para capacitação na área de Direito Público

O 1º secretário do Senado, Efraim Morais (DEM-PB), assinou protocolo de cooperação entre o Senado – por meio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) e Programa Interlegis – e o Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP). A parceria deve estabelecer cooperação técnico-científica e intercâmbio na formação, aperfeiçoamento e especialização de servidores federais.

Segundo Efraim, a medida pretende atingir servidores de importantes órgãos da administração federal, como ministérios, Tribunal de Contas da União e Supremo Tribunal Federal. Para o senador, a Casa já vem realizando uma reciclagem educativa em todo o Legislativo brasileiro ao proporcionar cursos de atualiza-



Efraim Morais (3º à direita), acompanhado por diretores do Senado, coordena reunião na assinatura do novo convênio

ção às assembleias legislativas e câmaras municipais. Isso, disse, resultará na oferta de serviços públicos mais competentes.

O presidente do IDP, Inocêncio Mártires Coelho, explicou que o instituto oferece cursos de especialização e pós-graduação em Direito Público e, pelo convênio,

poderão ser oferecidos outros cursos.

Assinaram também o protocolo o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia; a diretora-executiva do ILB, Denise Ramos Zoghbi; e a vice-reitora acadêmica da Unilegis, Vânia Maione.

## Trabalhos do ILB e da Unilegis em exposição

Na comemoração dos dez anos do Instituto Legislativo Brasileiro e do Conselho Editorial, e dos seis anos da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), o Senado expõe as suas experiências na difusão do conhecimento e da cultura.

Os três órgãos reúnem os saberes e as práticas voltados para a afirmação da cidadania efetiva, como meio de participação política, no sentido da

evolução contínua dos valores da democracia brasileira.

Durante quatro dias, 28 a 31 de agosto, no Salão Negro do Congresso Nacional, o visitante poderá conferir parte do que de mais relevante já foi realizado pelos órgãos do Senado responsáveis pelo ensino, pesquisa, extensão, publicação de livros e outros materiais impressos.

São iniciativas voltadas para a formação técnico-profissional

do servidor público de todas as esferas (federal, estadual, distrital e municipal) e para difusão do conhecimento gerado no âmbito do próprio Poder Legislativo, para uma melhor prestação de serviços à população.

Com essas atividades, capital humano tem sido capacitado para a modernização e o aperfeiçoamento do serviço prestado ao cidadão, cliente maior da atividade legislativa.

## Arquivo aberto



Em 29 de agosto, comemora-se o Dia Nacional de Combate ao Fumo (Lei 7.488/86). O uso de tabaco por menores é proibido por lei, bem como o consumo, a venda e a distribuição de cigarros em escolas de 1º e 2º graus e dependências desportivas, e o *marke-*

*tting* de cigarros em produtos dirigidos aos jovens. Em 2 de junho de 1997, a senadora Emília Fernandes afirmou que “a Organização Mundial da Saúde encara o tabagismo como epidemia e estima que 33 milhões de pessoas no mundo estejam entregues a esse vício”.

**Há 27 anos –** A partir de projeto de lei do senador Lourival Batista, foi criado o Dia do Voluntariado (Lei 7.352/85), comemorado em 28 de agosto. O senador Henrique Loyola, em 25 de junho de 2000, exalta a felicidade de ser voluntário: “Todos aqueles que já se envolveram com o trabalho voluntário sabem o quanto esse tipo de atividade é apaixonante”. A ONU declarou 2001 como o Ano Internacional do Voluntariado, iniciativa que, na opinião do senador Jorge Bornhausen, serviu para “o reconhecimento, a visibilidade, o aumento de oportunidades e, mesmo, a celebração do trabalho de tantas pessoas que, anonimamente, doam parte do seu tempo, trabalho e talento para causas de interesse social e comunitário”.

**Há 45 anos –** Em 27 de agosto de 1962, foi criado o Código Brasileiro de Telecomunicações, que “apaixonou os espíritos e foi objeto da mais longa discussão nas duas Casas do Congresso”, nas palavras do senador Paulo Fender, em 10 de agosto daquele ano. Em 2002, a senadora Emília Fernandes disse que “a história da democracia brasileira, desde o período que emergiu de 1945 até o período recente, a partir de 1989, presenciou uma das transformações mais importantes na vida brasileira: a das telecomunicações. Se no início dos anos 60 um televisor ainda era um aparelho de luxo e apenas os principais centros urbanos dispunham de emissoras de televisão, em 1989 o país possuía 40 milhões de aparelhos”.

Pesquisa elaborada pelo Serviço de Pesquisas Jornalísticas do Cedoc Multimídia

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: Gerson Camata  
3º Secretário: César Borges  
4º Secretário: Magno Malta  
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretária-Geral da Mesa: Cláudia Lyra

## JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333  
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior  
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.  
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa  
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado  
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670  
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# Informação ajuda portador de Parkinson

**R**elatada pela primeira vez em 1817, por James Parkinson, a doença ou mal de Parkinson é um problema neurológico que atinge cerca de 1% das pessoas com mais de 65 anos. É mais

freqüente após os 60 anos, mas 10% dos casos ocorrem antes dos 50 e 5% antes dos 40 anos, sendo mais comum no homem que na mulher. Veja a seguir como identificar e tratar a doença.

## Neurônios param de produzir substância usada nos movimentos

A doença de Parkinson é um distúrbio crônico que afeta o sistema nervoso central, prejudicando os movimentos. Ela ocorre quando há uma perda de pelo menos 50% dos neurônios (células do sistema nervoso) de uma região do cérebro chamada **substância negra**. Esses neurônios deveriam produzir uma substância chamada dopamina, que é essencial para que os movimentos sejam normais. Com a diminuição do número de neurônios, di-

minui em até 80% a quantidade de dopamina no organismo e, conseqüentemente, a capacidade de executar movimentos. Há várias hipóteses para a causa da morte dos neurônios da substância negra, nenhuma comprovada.

Os primeiros sintomas são quase imperceptíveis para o portador da síndrome. Muitas vezes, amigos ou familiares são os primeiros a notar as mudanças, em geral nos movimentos, no humor e na memória.

## Tratamento

Como, até o presente, não existe cura para a doença de Parkinson, o doente deve ser encaminhado ao neurologista – especialista indicado para conduzir o tratamento. Para os sintomas motores, o tratamento consiste basicamente na reposição de dopamina. O medicamento mais utilizado é a levodopa, que, quando ingerido, vai transformar-se em dopamina e aliviar as dificuldades motoras ocasionadas pela doença. A escolha do medicamento vai depender das condições de cada paciente: idade,

sintomas predominantes e estágio da doença são alguns dos fatores que o médico deve levar em conta na hora de planejar o tratamento.

Os demais sintomas são tratados caso a caso e a medicação deve ser prescrita levando-se em conta o Parkinson, já que medicamentos usados comumente pelas pessoas para determinado sintoma podem agravar a doença. Os benefícios são maiores se a fisioterapia, psicoterapia e terapia ocupacional forem associadas ao tratamento com medicamentos.

## Vivendo bem com a doença

### 1. Atitude positiva

Na convivência com o Parkinson, a atitude positiva é a primeira e mais importante medida para se ter qualidade de vida. Ela precisa ser desenvolvida pelo portador e por sua família e amigos, por meio de dois processos básicos:

Busca de informação – crucial para a compreensão dos sintomas e do tratamento; e

Aceitação – dedicação do doente ao tratamento, em todas as suas formas, e apoio por parte da família e dos amigos.

### 2. Alimentação adequada

A regra número um é balancear o

consumo de alimentos ricos em proteínas, como carne, leite e ovos, não ingerindo esse tipo de alimento próximo do momento da ingestão da levodopa: no processo digestivo, esses alimentos competem com o medicamento, diminuindo seu efeito.

Outra medida é comer mais frutas e verduras, fibras e líquido para amenizar a prisão de ventre, comum nos portadores da doença. Os carboidratos (pães e massas) também contribuem para o bem-estar do paciente, já que os constantes tremores fazem o organismo consumir muita energia.

A Associação Brasil Parkinson distribui gratuitamente um manual com orientações para alimentação.

## Parkinsonismo e mal de Parkinson

Doença de Parkinson e parkinsonismo não são sinônimos. Parkinsonismo é um termo genérico que designa uma série de doenças com causas diferentes e que têm em comum a presença de sintomas semelhantes aos da doença de Parkinson (parkinsonismo primário). As outras formas são:

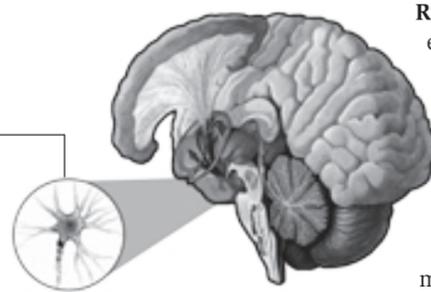
**Parkinsonismo secundário** – É aquele em que as causas podem ser identificadas. As principais são: encefalites virais, uso de medicamentos psiquiátricos, contra vômitos e contra vertigens, problemas vasculares no cérebro, uso de drogas e exposição a substâncias tóxicas.

**Parkinsonismo atípico** – São as formas mais incapacitantes, em que o processo degenerativo atinge outras regiões do cérebro, além da substância negra. A doença avança mais rapidamente e os remédios não são tão eficazes como na doença de Parkinson.

## Principais sintomas

### Motores

**Tremor** – É o sintoma mais freqüente e o que mais chama a atenção, embora não seja o mais incapacitante. Situações de estresse emocional ou a sensação de ser observado aumentam visivelmente a intensidade do tremor. Por outro lado, em estado de relaxamento ou durante o sono, ele desaparece por completo.



**Rigidez muscular** – A rigidez muscular é causada pelo aumento da resistência que os músculos oferecem quando uma parte do corpo é movimentada. Os músculos tornam-se mais tensos e contraídos e o paciente sente-se rígido e com pouca mobilidade.

**Acinesia** (redução da quantidade de movimento) e **bradicinesia** (lentidão na execução do movimento) – A freqüência

dos movimentos espontâneos é reduzida, o rosto se movimenta menos, expressando com menor intensidade os sentimentos e emoções. A caligrafia torna-se menos legível e de tamanho reduzido. As atividades diárias, antes realizadas com rapidez e desembaraço, são agora realizadas devagar e com muito esforço. Os passos são mais lentos e pode aparecer alguma dificuldade de equilíbrio. A postura geral se modifica, a pessoa anda inclinada para frente.

### Não-motores

**Depressão** – De 40 a 50% dos portadores da doença têm depressão. Em número considerável de casos, a depressão aparece antes mesmo dos sintomas da doença. A intensidade varia desde quadros leves até aqueles mais graves, em que a depressão torna-se o sintoma mais importante e um fator determinante de incapacidade. Alterações emocionais também são comuns. Pacientes podem sentir-se inseguros e temerosos quando submetidos a alguma situação nova. Podem evitar sair ou viajar e muitos tendem a retrair-se e evitar contatos sociais. Alguns perdem a motivação e tornam-se excessivamente dependentes dos familiares.

**Distúrbios do sono** – Dificuldade em conciliar o sono, despertar freqüente durante a noite, sonhos “reais” (a pessoa tem dificuldade em distinguir o sonho da realidade), pesadelos, inversão do ciclo vigília-sono (troca do dia pela noite); movimentos bruscos freqüentes (pequenos pulos ou movimentos rápidos com os membros), que podem acordar o cônjuge e mesmo o próprio paciente.

**Distúrbios cognitivos** – Na maior parte dos pacientes com mal de Parkinson, a capacidade de raciocínio, percepção e julgamento encontra-se intacta. Mas podem ocorrer dificuldades com a memória (geralmente na forma de “brancos” momentâneos), com cálculos e com atividades que requerem orientação espacial. A própria medicação antiparkinsoniana pode resultar em alterações mentais. Por exemplo, os anticolinérgicos (grupo de drogas ainda largamente usado principalmente contra o tremor) podem resultar em distúrbios de memória e, em casos mais graves, confusão mental e alucinações. Esses sintomas ocorrem mais freqüentemente em pacientes mais idosos que, em geral, não devem fazer uso desse tipo de medicação.

### Outros sintomas

Distúrbios da fala, dificuldade para engolir saliva, distúrbios respiratórios, dificuldades urinárias, tonturas (a pressão arterial cai quando o paciente se levanta), dores e fadiga muscular.

## Saiba mais

**Academia Brasileira de Neurologia**  
Rua Capitão Cavalcanti,  
327 - Vila Mariana  
São Paulo (SP)  
CEP 04017-000  
(11) 5084-9463  
[www.abneuro.org](http://www.abneuro.org)

**Associação Brasil Parkinson**  
Av. Bosque da Saúde,  
1155 - Saúde  
São Paulo (SP)  
CEP 04142-092  
(011) 2578-8177  
[www.parkinson.org.br](http://www.parkinson.org.br)

**Associação Bahiana de Parkinson e Alzheimer (Abapaz)**  
Rua Prof. Francisco da Conceição Menezes, 3  
- Rio Vermelho  
Salvador (BA) - CEP 41950-470  
(71) 3347-0143  
[www.abapaz.org.br](http://www.abapaz.org.br)

**Parkinson Online**  
Rua Desembargador Aguiar Valim, 144 - Vila Nova Conceição - São Paulo (SP)  
CEP 04535-100  
(11) 3044-0633/3044-0929  
[www.parkinson.med.br](http://www.parkinson.med.br)

## Projetos de lei

**PL 1.714/07** – Obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a ressarcir despesas com o tratamento de várias doenças, entre elas a de Parkinson.

**PL 4.578/04 e 4.935/05** – Propõem permitir o saque do FGTS quando o titular ou seu dependente for portador de doença grave degenerativa do sistema neurológico.

**PL 3.706/04** – Trata da distribuição de medicamentos para doenças crônicas, entre elas o Parkinson.

**PL 3.631/04** – Define diretriz para a atenção integral aos portadores da doença de Parkinson pelo SUS.

**PL 3.363/04** – Visa garantir o benefício assistencial de um salário mínimo aos portadores do mal de Parkinson.